



JULIANA RODRIGUES MOURA

**A PARTICIPAÇÃO INFORMAL DE ONGs NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS: O ENGAJAMUNDO E A CSW60**

João Pessoa

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANA RODRIGUES MOURA

**A PARTICIPAÇÃO INFORMAL DE ONGs NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS: O ENGAJAMUNDO E A CSW60**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana P. O. Baccarini

João Pessoa

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696a Rodrigues Moura, Juliana.

A participação informal de ONGs na Organização das Nações Unidas: o Engajamundo e a CSW60 / Juliana Rodrigues Moura. – João Pessoa, 2017. 75f.: il.

Orientador(a): Prof^a Dr.^a Mariana Pimenta Oliveira Baccharini.
Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Organizações Não-Governamentais. 2. Organização das Nações Unidas. 3. Engajamundo. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,0, o Trabalho de
Conclusão de Curso

*“A Participação Informal de ONG’s na Organização das Nações Unidas:
O Engajamundo e a CSW60”*

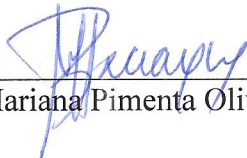
Elaborado por

Juliana Rodrigues Moura

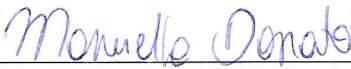
Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

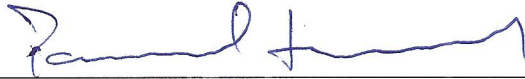
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini - UFPB



Sra. Manuella Riane Azevedo Donato – ASCES-UNITA



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 01 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Toda a minha eterna gratidão à minha mãe e ao meu pai, Gorete e Vlademir, por tudo o que fizeram por mim. Eu não seria capaz de chegar até aqui sem o amor deles.

Agradeço imensamente às professoras e aos professores do Departamento de Relações Internacionais da UFPB por todo o aprendizado durante os anos de graduação. Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Mariana Baccarini, por ter aceitado me guiar na aventura que foi concluir este trabalho. Gratidão por acreditar em mim.

Agradeço também a todos os colegas e amigos que a graduação me trouxe, pessoas muito queridas que vou guardar para sempre em meu coração.

Por fim, agradeço ao Engajamundo por me desafiar a buscar ser parte da solução.

RESUMO

Nas últimas décadas, o processo de globalização levou a uma maior participação de atores não-estatais no cenário político internacional. Cada vez mais a sociedade civil busca incidir nas decisões governamentais além das fronteiras domésticas, levando demandas que dizem respeito aos mais diversos temas: mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, mulheres, entre outros. Nesse sentido, as organizações não-governamentais (ONGs) em particular adquiriram um papel importante, sendo amplamente reconhecido por entidades intergovernamentais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Para tal, estas entidades se valem de mecanismos formais e informais. O presente trabalho visa identificar quais são estas ferramentas, conferindo especial ênfase nos meios informais. Isto será demonstrado a partir de uma análise da experiência da organização brasileira Engajamundo durante a 60ª Comissão sobre o Status da Mulher (CSW60).

Palavras-chave: Organizações não-governamentais; Organização das Nações Unidas; Engajamundo.

ABSTRACT

In the last decades, the globalization process has led to a greater participation of non-state actors in the international political scene. Increasingly, civil society concerns on government decisions across domestic boundaries, leading demands on a wide range of issues: climate change, sustainable development, women, and so on. In this sense, non-governmental organizations (NGOs) in particular have acquired an important role, being widely recognized by intergovernmental entities such as the United Nations. To this end, these organizations use formal and informal mechanisms. The present work aims at identifying which are these tools, giving special emphasis in the informal means. This will be demonstrated from the analysis of the experience of the Brazilian organization Engajamundo during the 60th Commission on the Status of Women (CSW60).

Key-words: Non-governmental organizations; United Nations; Engajamundo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Conferências das Nações Unidas sobre as Mulheres.....	33
Figura 1. Modalidades de participação de ONGs antes e durante a CSW.....	39
Quadro 2. Pontos negativos da Planilha de Elegibilidade.....	45
Quadro 3. Pontos positivos da Planilha de Elegibilidade.....	47
Quadro 4. Estados-membro da CSW60, por região, e respectivos mandatos.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CSW – Comissão sobre o Status da Mulher

CSW60 – 60ª Comissão sobre o Status da Mulher

DAW – Divisão para o Avanço das Mulheres

ECOSOC – Conselho Econômico e Social

GT – Grupo de Trabalho

INSTRAW – Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGIs – Organizações Não-Governamentais Internacionais

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSAGI – Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

WEDO – Women, Environment and Development Organization

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1. Os novos atores da política internacional: a sociedade civil e as ONGs.....	12
1.1. Perspectivas teóricas.....	12
1.2. Histórico e definições sobre a sociedade civil.....	15
1.2.1. As organizações não-governamentais.....	17
1.3. A inserção formal: o status consultivo.....	21
1.4. A inserção informal.....	24
Capítulo 2. A questão das mulheres e a articulação de ONGs na Comissão sobre o Status da Mulher.....	27
2.1. O papel informal das ONGs sem status consultivo durante o processo de inserção da temática das mulheres na agenda da ONU.....	27
2.2. A Comissão sobre o Status da Mulher.....	29
2.2.1. Histórico.....	29
2.2.2. Estrutura atual.....	35
Capítulo 3. O Engajamundo e a CSW60.....	41
3.1. O Engajamundo.....	41
3.1.1. Atuações gerais do grupo de trabalho sobre gênero.....	50
3.2. Estudo de caso: participação do grupo de gênero do Engajamundo na CSW60 (2016).....	52
3.2.1. Estratégias do Engajamundo para a CSW60.....	54
3.2.2. Inserção.....	56
3.3. Análise do caso.....	60
Considerações finais.....	63
Referências bibliográficas.....	66
Apêndices.....	70
Apêndice A – Roteiro das entrevistas realizadas no processo de pesquisa.....	70
Anexos.....	72
Anexo A – <i>Lobby points</i> do Engajamundo na CSW60.....	72

INTRODUÇÃO

As causas da guerra e os meios para alcançar a paz no sistema internacional foram os principais temas que impulsionaram o surgimento da disciplina acadêmica de Relações Internacionais. Compreende-se que, assim como quaisquer outros segmentos das Ciências Humanas e Sociais, as perspectivas teóricas que decorreram a partir daí evocaram questões consideradas importantes para o momento histórico pelo qual emergiram. Notadamente, alguns assuntos são tidos como permanentes nas tradições consagradas da disciplina, como conflito e cooperação, riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Tradicionalmente, as perspectivas dominantes trazem em comum a noção de que a política internacional é moldada a partir da atuação dos Estados (JACKSON; SØRENSEN, 2007). Todavia, observa-se que, particularmente após o fim da Guerra Fria, “a ocorrência de novos fenômenos sociais tem alterado significativamente as formas de relacionamento entre os diversos atores da sociedade” (ALVIM; TEODÓSIO, 2005, p. 278), de modo que passam a serem incluídos nesta dinâmica outros atores não-estatais também influentes. Há, nesse momento, a emergência e a atuação cada vez mais relevante da sociedade civil organizada, por onde se inserem as organizações não-governamentais (ONGs) (HERZ; HOFFMAN, 2004).

As ONGs, em particular, têm adotado uma postura mais ativa frente aos novos desafios do arranjo internacional, principalmente no que diz respeito à construção de uma governança global mais eficaz (ALVIM; TEODÓSIO, 2005). Gradualmente, estas entidades buscam se inserir nos círculos de tomada de decisão intergovernamental, a fim de pressionar os governos e garantir que suas demandas sejam atendidas (TEIXEIRA, 2001; VIEIRA, 2001).

Diante dos fatos acima expostos, esta monografia se propõe a identificar quais são os mecanismos de participação das organizações não-governamentais no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas. Para isso, tomou-se como caso a ser analisado o da atuação da organização brasileira Engajamundo durante a 60ª Comissão sobre o Status da Mulher (CSW60), ocorrida em março de 2016.

A escolha deste órgão especificamente decorreu do fato que ele disponibiliza uma ferramenta que tem viabilizado a atuação de ONGs no Sistema das Nações Unidas: o

chamado “status consultivo”. Tendo em vista que o status consultivo é um mecanismo formal de inserção das ONGs no meio internacional, este trabalho tem como objetivo investigar a sua efetividade em termos práticos a partir da análise de um caso de participação informal, haja vista que, em 2016, o Engajamundo ainda não detinha qualquer tipo de status consultivo. Assim, o trabalho identificará tanto os mecanismos formais quanto os informais.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O Capítulo 1, de cunho conceitual, traz definições acerca da sociedade civil e das organizações não-governamentais. O capítulo também se debruça em como as principais perspectivas teóricas do campo das Relações Internacionais buscam compreender a emergência destes novos atores não-estatais na política internacional. Em seguida, discorre sobre os instrumentos de participação das organizações não-governamentais nas Nações Unidas, tanto formais quanto informais, a fim de elucidar, posteriormente, o problema de pesquisa: *como ocorre a articulação de organizações não-governamentais sem status consultivo no ECOSOC?*

Por sua vez, o Capítulo 2, inicialmente, com a finalidade de justificar o foco do trabalho em um caso de atuação informal, destaca o papel de ONGs sem status consultivo na inserção das pautas relacionadas às mulheres na agenda de debates da Organização das Nações Unidas (ONU). Logo depois, serão destrinchados o histórico e a estrutura institucional da Comissão sobre o Status da Mulher, que, além de ser o espaço por onde se desenrola o caso analisado neste trabalho, representa o principal fórum internacional de discussão acerca da temática em questão.

Por fim, o Capítulo 3 finalmente aborda as nuances da inserção do Engajamundo no decorrer da CSW60. A princípio, será apresentado o histórico de atuação da organização para prontamente entrar de fato no estudo de caso. Este capítulo traz o resultado das entrevistas realizadas no processo de pesquisa, com (a) Raquel Rosenberg, uma das fundadoras da organização e membro do atual Comitê Facilitador; (b) Vitória Buzzi, Mariana Monteiro e Débora Motoki, parte das articuladoras que compunham a delegação do Engajamundo para a Comissão de 2016; e, enfim, (c) Mathaus Ranie, atual coordenador do Grupo de Trabalho de Gênero.

1. OS NOVOS ATORES DA POLÍTICA INTERNACIONAL: A SOCIEDADE CIVIL E AS ONGs

Os acontecimentos que marcaram as décadas finais do século XX promoveram uma revisão do sistema internacional, e o contexto político internacional, desde então, tem sido marcado pela ascensão de novos atores não-estatais, como a sociedade civil. Podendo ser considerada uma forma de resistência aos desequilíbrios causados pelo processo de globalização, a sociedade civil compreende uma “multiplicidade de organizações que, seja em nome dos direitos de determinados grupos sociais, seja dada noção de bem comum, não se submetem nem às razões do Estado nem aos mecanismos de mercado” (VIEIRA, 1997, p. 111-112).

O capítulo em questão traz um aporte teórico e histórico acerca da crescente atuação da sociedade civil e, em particular, das organizações não-governamentais, na esfera política internacional. Posteriormente, serão elucidados os mecanismos formais e informais existentes no âmbito das Nações Unidas, particularmente no Conselho Econômico e Social, que permitem a participação destas entidades.

1.1. Perspectivas teóricas

A ideia de sociedade civil global enquanto ator no cenário internacional “invoca a existência ou o processo de desenvolvimento de uma sociedade civil que se estenda por todo o globo, ou seja, perpassa as fronteiras dos Estados” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 223). Um ambiente nessas condições foi proporcionado principalmente através da globalização, ao final do século XX, em que iniciativas da sociedade civil foram capazes de desdobrar-se para além da esfera doméstica, adquirindo caráter internacional (VIEIRA, 1997). Outros fenômenos sociais que marcaram esse período, como o fim da Guerra Fria e a intensificação das relações transnacionais, impulsionaram o debate acadêmico em Relações Internacionais acerca do papel de atores não-estatais na política internacional. Nesse momento:

É questionado até que ponto o sistema internacional não deve ser caracterizado por uma anarquia, nem uma sociedade de Estados, mas sim uma sociedade global, composta por indivíduos e grupos cujos interesses e identidades não são limitados pelas fronteiras dos Estados. Também é debatido até que ponto os indivíduos e grupos que fazem parte da sociedade civil global podem ser vistos como novos atores da política internacional. Nesse sentido, o debate acerca da sociedade civil global está diretamente ligado ao debate acerca das

transformações do sistema internacional, da soberania estatal e da governança global (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 225).

L. Tomassini (*apud* VILLA, 1999) descreve um conjunto de elementos que renovam e redefinem o papel dos atores não-estatais nas relações internacionais contemporâneas. Primeiramente, o autor elenca a grande diversificação de centros de poder, incorporando no arranjo internacional a atuação da sociedade civil organizada. Em segundo lugar, observa-se o surgimento de uma agenda de discussões internacionais ampliadas e menos hierarquizadas. Por fim, o autor destaca que as novas problemáticas são absorvidas pelos diversos agentes distintos do Estado, o que leva ao surgimento de formas de poder não-tradicionais e consolida a interdependência de processos interestatais, transnacionais e supranacionais (VILLA, 1999).

A perspectiva realista das Relações Internacionais, historicamente um dos principais pensamentos na disciplina, coloca o Estado e as relações interestatais como centrais para a dinâmica do sistema internacional. Os atores não-estatais, segundo essa concepção, aparecem apenas como protagonistas secundários na política internacional, uma vez que são os Estados que, de fato, dispõem de maior poder relativo (VILLA, 1999). Tendo em vista a condição anárquica do sistema, caracterizado pela ausência de uma autoridade supranacional, as relações de poder representam o principal foco analítico do ponto de vista do realismo, e estas recaem para a questão das capacidades dos Estados: recursos de poderes militares, econômicos, políticos, entre outros (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Nesse sentido, para os teóricos realistas, as instituições internacionais são tidas apenas como instrumentos utilizados de acordo com os interesses dos próprios Estados (HERZ; HOFFMAN, 2004). A relevância destas entidades no que diz respeito à capacidade de influenciar discursos e comportamentos estatais, por exemplo, sequer é reconhecida (LIMA, 2014). Assim, a emergência de novos atores não-estatais na política internacional, tais como as organizações internacionais governamentais e não-governamentais, ascendeu o questionamento acerca das premissas básicas do realismo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Conforme destaca Villa (1999), os próprios mecanismos utilizados para que haja a preponderância do Estado nacional – coação e legitimidade – nem sempre são eficientes, dado que os custos da manutenção da soberania estatal podem ser maiores que os ganhos.

Sendo assim, para o autor, viabiliza-se a existência de um ambiente de barganha entre o ator estatal e o que ele chama de ator transnacional¹. Nesse sentido, constata-se:

...novos tipos de atores transnacionais, mais sensíveis à moderna ciência, à tecnologia e às mudanças econômicas e ecológicas, têm quebrado o monopólio do Estado na administração e governo do sistema internacional, respondendo às profundas mudanças nos padrões da tecnologia – sobretudo nas comunicações e no transporte – que fizeram com que as sociedades nacionais se voltassem para a problemática contida nos temas que afetam o bem-estar econômico, a saúde física e psíquica dos indivíduos de outras sociedades além das fronteiras (VILLA, 1999, p. 21).

Haja vista a emergência desta dinâmica, a tradição liberal nas Relações Internacionais, por sua vez, traz a percepção de que as instituições internacionais têm a capacidade de moldar as relações entre os Estados, sendo esta a principal premissa que diferem liberais e realistas. Desse modo, as entidades não-estatais, como as organizações não-governamentais, “facilitam a ação coletiva a partir da ativação de uma série de mecanismos que modificam as condições do ambiente internacional” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 48), sejam eles o monitoramento, as sanções e a publicação de informações (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Os liberais reconhecem a existência destes novos atores, sem, contudo, retirar a centralidade dos Estados. Por volta das décadas de 1980 e 1990, o processo de transnacionalização passou a ser considerado e as organizações não-governamentais internacionais (ONGIs), as redes de interesses e os grupos de pressão ganharam mais espaço nas análises. A inserção destes agentes na dinâmica internacional, no entanto, recai para o debate sobre cooperação e conflito entre os atores estatais (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Considerando-se o caráter incerto do sistema internacional, dado a condição anárquica do mesmo, as relações cooperativas são dificultadas. Nesse sentido, para a perspectiva institucionalista liberal, as instituições internacionais aparecem como mecanismos que diminuem tal grau de incerteza, o que aumenta a disposição dos atores estatais em estabelecer arranjos cooperativos. Assim, é conferido às instituições o papel de realizar os interesses dos Estados (HERZ; HOFFMAN, 2004). Nesse sentido, compreende-se que as organizações não-governamentais são tidas como um suporte para a atuação dos

¹ Villa (1999) define o ator transnacional como “agente societal que estabelece um tipo inovador de vinculações extra-estatais, baseando-se em contatos, coligações e interações através das fronteiras nacionais ante os quais os órgãos centrais da política externa estatal ou supranacional têm relativa, ou nenhuma, capacidade regulatória” (VILLA, 1999, p. 22). O autor considera como tipos concretos de atores transnacionais contemporâneos as empresas multinacionais e as organizações não-governamentais; estas últimas, inseridas no âmbito da sociedade civil, são o principal objeto de estudo desta monografia.

Estados, mas que estas não são centrais nos processos decisórios – isto, de fato, cabe essencialmente aos Estados.

1.2. Histórico e definições sobre a sociedade civil

O conceito de sociedade civil tem sido apresentado de diversas formas na literatura em ciência política, variando ao longo dos séculos no pensamento de autores clássicos – a citar, Thomas Hobbes, John Locke, Immanuel Kant, Friedrich Hegel e Karl Marx (HERZ; HOFFMAN, 2004). Trata-se, portanto, de um termo essencialmente moderno, ainda que uma ideia semelhante possa ser encontrada em pensamentos mais antigos, como em Aristóteles (KALDOR, 2005).

De acordo com Norberto Bobbio (*apud* HERZ; HOFFMAN, 2004), os discernimentos iniciais acerca da sociedade civil partiram da doutrina política tradicionalista, particularmente a doutrina jusnaturalista, cujo modelo da origem do Estado compreendia a sociedade civil como contrária à sociedade natural, representando, assim, uma sociedade política, ou o próprio Estado (HERZ; HOFFMAN, 2004). Dessa forma, os pensadores clássicos não distinguiram a sociedade civil e o Estado, sendo a primeira caracterizada como um tipo de Estado gerido a partir de um contrato social entre os indivíduos membros da sociedade, lhes instituindo leis não naturais (KALDOR, 2005). Portanto, como resume Liszt Vieira (1997), a noção de sociedade civil no decorrer dos séculos XVII e XVIII:

...foi empregada por Hobbes e Rousseau para diferenciar a suposta condição de estado natural, onde os homens teriam vivido em liberdade, guiados apenas pelas paixões e necessidades – a *societas naturalis* – da sociedade regida por leis e dirigida por um corpo político onde liberdade e razão deveriam coexistir – a *societas civilis* –, fundada na concepção de contrato social (VIEIRA, 1997, p. 51).

A distinção entre as esferas da sociedade civil e do Estado se deu somente no século XIX. Esse ponto de vista, a princípio concebido por Friedrich Hegel, compreende a sociedade civil como a esfera intermediária entre o Estado e a família, incluindo também nesta concepção a economia (KALDOR, 2005). Hegel confere centralidade à ideia de sociedade civil, em que surge nesse meio termo um aglomerado de instituições, o sistema de necessidades, a administração da justiça e as corporações (VIEIRA, 1997).

A sociedade civil a partir da linguagem política contemporânea tem sido marcada especialmente pelo pensamento marxista, que trouxe ao debate o entendimento da sociedade civil como referente às relações sociais não-reguladas pelo Estado, envolvendo

indivíduos, grupos e classes sociais. Os marxistas compreendem a sociedade civil como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos, esferas nas quais o Estado atua apenas como mediador (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Partindo da perspectiva marxista, no século XX foi introduzida a noção de que a sociedade civil ocuparia um espaço além do mercado, da família e do Estado, estendendo-se para o âmbito da cultura, da ideologia e do debate político. Nesse momento, Antonio Gramsci é quem propõe “um entendimento multifacetário das sociedades modernas enquanto interação de estruturas legais, associações civis e instituições de comunicação” (VIEIRA, 1997, p. 52), sendo a sociedade civil, em sua tese, um espaço de conquista da hegemonia por parte dos grupos partidários (VIEIRA, 1997).

Para Mary Kaldor (2005), há um ponto central em comum entre as concepções acerca da sociedade civil ao longo do tempo: todas se referem a sociedades guiadas por regras e baseadas em um consentimento entre os indivíduos, tal como expressa a ideia do contrato social, de modo que as mudanças nas definições da sociedade civil representam as diferentes formas pelo qual o consentimento foi gerado ao longo da história, bem como as diferentes questões que foram importantes em determinados momentos. Ou seja, a ideia de sociedade civil, para Kaldor (2005), parte de “um processo pelo qual os indivíduos negociam, argumentam e lutam ou concordam entre si e entre a autoridade central política e econômica. Através de associações voluntárias, movimentos, partidos, uniões, o indivíduo é capaz de atuar publicamente” (KALDOR, 2005, p. 104, tradução livre²).

Alvim e Teodósio (2005) trazem uma interessante definição para a sociedade civil:

...um conjunto ou sistema de grupos intermediários auto-organizados que: (a) são relativamente independentes tanto das autoridades públicas quanto das unidades privadas de produção e reprodução, isto é, firmas e famílias; (b) são capazes de deliberar sobre e realizar ações coletivas na defesa/promoção de seus interesses ou paixões; (c) não tentam substituir nem os agentes estatais nem os (re)produtores privados ou aceitar responsabilidades de governar a comunidade política como um todo; (d) não aceitam agir sob regras preestabelecidas de natureza “civil” ou legal (SCHMITTER apud WHITEHEAD apud ALVIM; TEODÓSIO, 2005, p. 280).

Semelhante ao ponto de vista concebido por Kaldor (2005) e Alvim e Teodósio (2005), Herz e Hoffman (2004) entendem a sociedade civil enquanto um “espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de cidadãos, individuais ou coletivos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 217). Esta

² Tradução de: “[...] *civil society, according to my definition, is the process through which individuals negotiate, argue, struggle against or agree with each other and with the centres of political and economic authority. Through voluntary associations, movements, parties, unions, the individual is able to act publicly*” (KALDOR, 2005, p. 104).

monografia considerará a definição destas autoras, uma vez que abrange ações que partem essencialmente de cidadãos enquanto agentes de mudança política e exclui deste processo as iniciativas de caráter lucrativo, tais como as empresas multinacionais, consideradas por outros autores como parte da sociedade civil.

É nesse contexto em que a ideia de sociedade civil global ganha força e seu papel no alcance de mudanças sociais se torna cada vez mais reconhecido e afirmado no cenário internacional (EDWARDS *apud* FALK, 2005). Para outros autores, a atuação da sociedade civil na esfera social e política internacional ocorre há séculos e é fortalecida pela prática de “solidariedade transnacional” (COLÁS *apud* FALK, 2005). De um modo geral, não se trata, portanto, de uma completa inovação no âmbito internacional: o período em questão apenas introduziu uma nova dimensão ao entendimento de governança global, incluindo “uma variedade de empreendimentos transnacionais por associações voluntárias de cidadãos que procuram influenciar o cenário global da política, em vez de trabalhar para mudanças em determinados Estados” (FALK, 2005, p. 69, tradução livre³).

Richard Falk (2005) afirma que o crescimento da própria ideia de sociedade civil global avançou nas últimas décadas a partir de três dinâmicas que se configuraram concomitantemente, sendo uma delas a dinâmica das atividades de organizações não-governamentais e movimentos populares relativos a áreas de atuação específica, tais como guerra e paz, meio ambiente, direitos humanos e de mulheres. Vários outros autores, tal como Villa (1999), reconhecem a atuação das ONGs como ator transnacional importante da sociedade civil global. Dado o reconhecimento conferido às organizações não-governamentais nesse sentido, a subseção a seguir dedica-se ao maior entendimento sobre as dinâmicas destas entidades.

1.2.1. As organizações não-governamentais

Para Herz e Hoffman (2004), existem vários tipos de ação coletiva ou de organização dos participantes da sociedade civil no âmbito internacional, no qual se manifestam como *fóruns* – quando tais indivíduos ou grupos contribuem para a formulação de normas – ou como *atores* – a depender do grau de institucionalização e autonomia. Tendo em vista esse cenário, as autoras estabelecem como principais formas de

³ Tradução de: “[...] a variety of transnational undertakings by voluntary associations of citizens seeking to influence the global setting of politics, rather than to work for changes in particular states” (FALK, 2005, p. 69).

organização da sociedade civil as organizações não-governamentais internacionais, os movimentos sociais transnacionais, as coalizões ou redes transnacionais, as redes de advocacia, as redes de políticas globais e as comunidades epistêmicas (HERZ; HOFFMAN, 2004).

A atuação das ONGIs, em particular, recebe destaque em razão do maior grau de formalização e institucionalização que estas possuem, o que as caracterizam como organizações internacionais, ao contrário dos demais arranjos citados anteriormente. Contudo, um dos elementos que as difere das organizações internacionais intergovernamentais é a personalidade jurídica internacional a qual estas últimas detêm (HERZ e HOFFMAN, 2004).

De acordo com Villa (1999), as organizações não-governamentais, de modo geral, constituem um dos principais novos atores transnacionais que se articulam frente aos novos processos globais, caracterizando-se por estabelecer “um tipo inovador de vinculações extra-estatais, baseando-se em contatos, coligações e interações através das fronteiras nacionais” (VILLA, 1999, p. 22). Para o autor, as ONGs se destacam não somente em razão do caráter menos hierarquizado e mais descentralizado, mas também pela condição de representação ou expressão de grupos sociais nacionais ou internacionais que versam sobre diversas atividades, tais como a política, a economia, a religião, a cultura, a cidadania e a ecologia (VILLA, 1999).

Embora o termo “ONG” venha sendo cada vez mais utilizado, não há uma definição consensual na literatura sobre o que de fato se entende por “organização não-governamental”. Trata-se de uma expressão abrangente e polissêmica e que, portanto, admite inúmeras interpretações (HADDAD, 2007). Para Alvim e Teodósio (2005), “alguns dos pontos em comum que podem ser identificados em relação às ONGs são o pertencimento ao âmbito da sociedade civil, a atuação social em prol da melhoria e transformação da vida das pessoas em desvantagem, e o caráter formal, autônomo e sem fins lucrativos” (ALVIM; TEODÓSIO, 2005, p. 280).

A definição que esta monografia considera é a que Tathiana Haddad (2007) traz, baseada em uma consulta realizada ao Senado Federal, em 1999. Para a autora, as ONGs representam:

Um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania (HADDAD, 2007, p. 16).

Diversos autores atribuem à Organização das Nações Unidas (ONU) a origem e a disseminação do termo na esfera internacional (ALVIM; TEODÓSIO, 2005). O termo foi utilizado pela primeira vez para designar organizações que atuavam a nível supra e internacional. Formalmente, a Resolução 288(X) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), de 1950, referiu-se às ONGs como organizações internacionais não estabelecidas por acordos governamentais (MENESCAL, 1996 *apud* ALVIM; TEODÓSIO, 2005).

Na condição de atores transnacionais, essas organizações se expandiram mais rapidamente após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da modernização tecnológica e do pluralismo político – condições que se apresentam de maneira interdependente ao longo da história (VILLA, 1999). Entretanto, pode-se afirmar que o surgimento das ONGs remonta ao século XIX, quando foram criadas organizações como a Sociedade Anti-Escravista para a Proteção dos Direitos Humanos, a Cruz Vermelha e a Associação dos Homens Trabalhadores. O crescimento no número de ONGs manteve-se constante até meados da década de 1940 – cerca de 10 organizações eram fundadas a cada ano –, quando o fim da guerra estimulou um crescimento significativo na criação de novas organizações, conforme dito anteriormente (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Vieira (2001) afirma que o número exato de quantas ONGs existe ou o quanto crescem é um indicador impossível de ser medido, visto que diz respeito a universo que envolve as mais diversas áreas e causas, incluindo da menor associação comunitária aos serviços oferecidos em grandes proporções. O que é pertinente afirmar, porém, é que houve a partir dos anos 1950 um aumento na quantidade de ONGs mais que de organizações intergovernamentais ou mesmo de Estados (HUGHES *apud* MCGREW *apud* VIEIRA, 2001).

A partir de meados da década de 1970, Santos (*apud* VIEIRA, 1997) assinala a ascensão de “movimentos populares ou novos movimentos sociais com novas agendas políticas (ecologia, paz, anti-racismo, anti-sexismo), ao lado das agendas tradicionais de melhoria da qualidade de vida (sobrevivência econômica, habitação, terra, bem-estar social, educação)” (VIEIRA, 1997, p. 67). Tais movimentos surgiram principalmente sob a forma de organizações não-governamentais; em particular, as ONGs transnacionais (VIEIRA, 1997).

Teixeira (2001) também identifica a dinâmica destes movimentos. O surgimento de ações coletivas a nível internacional, de acordo com o autor, decorre principalmente de

iniciativas que se manifestaram inicialmente no contexto interno de países europeus e latino-americanos por volta dos anos 1970 e 1980, quando organizações domésticas de ação cidadã se organizaram em uma rede de associações, movimentos, grupos e instituições em prol da redemocratização desses países. Concomitantemente à participação via ações cidadãs no âmbito local⁴, verificou-se “algumas tentativas de articulação entre movimentos – ecológico, de mulheres, de moradia – mediante a criação de redes, fóruns e outros espaços de debate público, nas esferas local, regional, nacional e internacional” (TEIXEIRA, 2001, p. 25).

De acordo com Almeida Neto (2005):

...um dos motivos que tem levado os indivíduos a renunciar à participação política através da democracia representativa e optar pela ação coletiva dentro desses novos movimentos transnacionais é a percepção de que os problemas trazidos pela globalização – como, por exemplo, a degradação ambiental – configuram uma ameaça mundial, não podendo, portanto, ser resolvidos dentro das possibilidades oferecidas pelo próprio Estado (ALMEIRA NETO, 2005, p. 266-267).

Os avanços nas comunicações modernas representaram o principal estímulo para que as ONGs, mesmo que geograficamente dispersas, pudessem articular agendas e objetivos comuns no plano internacional, permitindo, assim, que ações locais estivessem interligadas globalmente. A congregação das ONGs em redes é um mecanismo comum que aumenta a eficácia e o campo de atuação das mesmas, tanto a nível nacional quanto internacional (VIEIRA, 1997).

No âmbito doméstico de muitos países, vale destacar que as ONGs contribuem na formulação de políticas públicas, atuando através da ação cidadã a qual Teixeira (2001) discorre, conforme comentado anteriormente. Como assinala também Vieira (1997), na esfera interna, as ONGs intervêm por meio da fiscalização de projetos governamentais e, a partir daí, denunciando arbitrariedades, desde violações de direitos humanos até omissão no cumprimento de compromissos estabelecidos tanto no nível nacional quanto no internacional (VIEIRA, 1997).

Contudo, a participação das ONGs no ambiente internacional ainda é inconstante. Para Vieira (1997), essas organizações ainda estão construindo as suas identidades políticas enquanto agentes no processo de globalização. Ainda assim, mesmo que pouco institucionalizadas, muitas ONGs buscam ter atuação constante no cenário internacional

⁴ De acordo com Teixeira (2001), a ação cidadã em âmbito local consistia em incidir-se na formulação de políticas públicas, participando em Conselhos Municipais, tentando controlar a aplicação de recursos públicos e interferir na elaboração de orçamentos.

como forma de expressar o exercício de ação cidadã que executam na esfera nacional (VIEIRA, 1997).

1.3. A inserção formal: o status consultivo

A subseção anterior mostrou que as organizações não-governamentais existem há centenas de anos. Contudo, destaca-se um maior crescimento em termos de quantidade e de reconhecimento por parte da comunidade internacional, em especial das organizações intergovernamentais, a partir de meados do século XIX. A Liga das Nações, criada no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, permitia a participação de ONGs em reuniões e comitês da organização, consultando-as por diversas ocasiões no decorrer de sua existência. Mais tarde, tal reconhecimento viabilizou a inserção de mecanismos que facilitavam a presença das ONGs na Organização das Nações Unidas, que foram incluídos no Artigo 71 da Carta que funda a organização (ZETTLER, 2009).

Desta forma, pode-se afirmar que a atuação de ONGs em conjunto com as Nações Unidas ocorre desde a criação da organização, em 1945. Logo após a Segunda Guerra Mundial, estas atuaram em colaboração com a ONU por meio de projetos de reconstrução da Europa, que se encontrava devastada em razão do último conflito. Na década de 1960, tal cooperação se deu a partir do acompanhamento da implementação de projetos de desenvolvimento, tanto em escala nacional quanto internacional. Desde então, a relação entre ONGs e ONU tem se ampliado consideravelmente, em especial após o fim da Guerra Fria, em virtude da disseminação da democracia, dos avanços tecnológicos e do reconhecimento de ameaças ao meio ambiente (VIEIRA, 2001).

O Artigo 71 da Carta da Organização das Nações Unidas, que também diz respeito à criação do Conselho Econômico e Social, traz um instrumento que permite estabelecer procedimentos favoráveis à realização de consultas às organizações não-governamentais nas reuniões do Conselho: o status consultivo. O artigo em questão traz:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso (ONU, 1945).

O status consultivo refere-se a um sistema de credenciamento fornecido pelo Conselho que o autoriza a, por um lado, obter informações ou mesmo assessoria por parte de organizações não-governamentais com especial competência, e, por outro lado,

possibilita com que estas organizações, sejam de caráter internacional, regional, sub-regional ou nacional, possam apresentar seus respectivos pontos de vista perante o Conselho (ECOSOC, 1996). Essa relação consultiva é regulamentada pela Resolução 1996/31 do ECOSOC, onde estão definidos os requisitos para obtenção do status, os direitos e as obrigações das ONGs que o tenham adquirido, os procedimentos para a revogação ou suspensão do mesmo, o papel e as funções do Comitê de ONGs do ECOSOC e as responsabilidades do Secretariado da ONU no apoio à relação consultiva (ONU, 2012).

As ONGs que desejam obter o status devem ter diretrizes alinhadas à Carta das Nações Unidas. O requerimento para obtenção do status consultivo é analisado pelo Comitê de ONGs do ECOSOC, que se reúne anualmente entre os meses de janeiro e maio. Após a análise, a relação de organizações que solicitaram o status consultivo é então encaminhada para a Reunião de Alto Nível do ECOSOC, durante o mês de julho, onde serão tomadas as decisões. Existem três categorias distintas de status consultivo, concedidos com base nos tipos de cada organização: geral, especial e *roster* (ONU, 2012).

O status dito geral é destinado às ONGs que atuam sob diversos temas em países distintos. De modo geral, trata-se de ONGs relativamente grandes e com amplo alcance internacional. Por sua vez, o status especial reserva-se àquelas organizações que atuam em apenas um tema específico, sendo estas, em sua maioria, ONGs menores e criadas recentemente. Por fim, o status *roster* cabe às ONGs cuja área de atuação seja em maior medida técnica e que apenas ocasionalmente contribuem com o trabalho do ECOSOC e dos seus órgãos subsidiários (ONU, 2012).

Desde então, a principal forma de acesso das organizações não-governamentais ao Sistema das Nações Unidas tem sido por meio do ECOSOC, que permanece como o único órgão a dispor de um quadro formal para a participação desses atores (ONU, 2012). Com isso, o número de ONGs que buscam obter o status consultivo tem aumentado gradativamente desde 1945, apresentando um aumento mais expressivo a partir da década de 1990. Em 1946, foi concedido status consultivo a 41 ONGs, enquanto que em 1992 foram mais de 700. A lista mais recente divulgada pela ONU⁵ mostra que, em 2015, haviam 4.241 organizações com status consultivo no ECOSOC. Destas, 141 dispunham do

⁵ O documento em questão exclui quatro organizações com status geral e 161 com status especial cujos relatórios quadrienais estavam pendentes e, portanto, tiveram os status consultivos suspensos entre 20 de julho de 2015 e 19 de julho de 2016, em concordância com a Resolução 2008/4 e a Decisão 2015/226 do ECOSOC (ONU, 2016).

status geral, 3.129 do status especial e 971 do status *roster* (ONU, 2016). Este indicador evidencia a relevância que muitas ONGs atribuem ao status consultivo atualmente (ZETTLER, 2009).

Ao obter o status consultivo, as organizações não-governamentais adquirem o direito de participar ativamente nos órgãos subsidiários do ECOSOC, como as comissões técnicas, as comissões regionais, entre outros. Trata-se de um benefício mútuo entre as duas partes: por um lado, a ONU obtém recomendações importantes e especializadas das ONGs, que, por outro lado, tornam-se capazes de expressar-se e de influenciar as discussões no Conselho (ONU, 2012). Nesse sentido, ao adquirir o status consultivo, as ONGs têm a capacidade de:

- a) Realizar uma análise especializada de questões diretamente ligadas à sua experiência na área;
- b) Funcionar como um agente de alerta rápido;
- c) Ajudar a monitorar e aplicar acordos internacionais;
- d) Ajudar na conscientização de questões relevantes;
- e) Desempenhar um papel importante na promoção de metas e objetivos das Nações Unidas;
- f) Contribuir com informação essencial em eventos da Organização;
- g) Assistir a conferências e outros eventos internacionais;
- h) Apresentar declarações escritas e orais nesses eventos;
- i) Organizar eventos paralelos;
- j) Ter acesso às instalações das Nações Unidas;
- k) Beneficiar-se de oportunidades para estabelecer contatos e criar redes sociais com outras instituições.

Embora a inclusão das ONGs no processo de tomada de decisão não seja formalizada, inúmeras vezes documentos elaborados por estas organizações são apresentados em plenário por algum membro de um governo, evidenciando a relevância que a sociedade civil, na figura das ONGs, adquiriu ao longo do tempo nestas instituições (VIEIRA, 1997).

A possibilidade de participar de eventos, incluindo sessões ordinárias e comissões técnicas do ECOSOC, é uma ferramenta que assegura o maior envolvimento das ONGs na política internacional (ZETTLER, 2009). Durante as sessões, que em geral acontecem uma vez por ano, as ONGs que possuem credenciamento com o ECOSOC podem:

- a) Assistir a reuniões oficiais;
- b) Apresentar declarações escritas antes das sessões;
- c) Fazer declarações orais;
- d) Realizar encontros com delegações oficiais dos governos e representantes de outras ONGs;
- e) Organizar e assistir a eventos paralelos que ocorrem durante a sessão;
- f) Participar em debates, diálogos interativos, mesas-redondas e reuniões informais.

Entre as diversas reuniões e comissões promovidas pelo ECOSOC, encontram-se o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, a Comissão de Desenvolvimento Social e a Comissão sobre o Status da Mulher (ONU, 2012). Esta última, em particular, tem maior importância para este trabalho e será esmiuçada no próximo capítulo. A seguir, serão examinados de que forma as organizações não-governamentais que não dispõem o status consultivo podem atuar frente às Nações Unidas.

1.4. A inserção informal

Ainda que o status consultivo seja reconhecido como o mecanismo formal que as organizações não-governamentais podem utilizar para se inserir nas reuniões das Nações Unidas, não se excluem os meios informais que estas entidades desfrutam na tentativa de influir as decisões intergovernamentais. Nesse sentido, as ONGs, informalmente, recorrem sobretudo à ferramentas como o *lobby*. Essa dinâmica tem um papel significativo na formulação de políticas relativas aos mais diversos assuntos a nível tanto nacional quanto internacional (VIEIRA, 1997).

Vieira (1997) destaca a participação por meio do *lobby* nas grandes organizações internacionais, na Organização das Nações Unidas (ONU) e nas organizações multilaterais, que provoca o efeito de ao menos contribuir na formulação de políticas ou de decisões relacionadas a projetos. Desse modo, “pode-se dizer que as ONGs (...) tendem a ser atores no processo de globalização, principalmente no que diz respeito à construção de uma nova institucionalidade política global” (VIEIRA, 1997, p. 116).

O *lobby* consiste na “defesa de interesses específicos junto ao poder público” (MANCUSO; GOZETTO, 2011, p. 11) e, no caso das ONGs, perante as organizações intergovernamentais. Trata-se de ações diretas frente aos tomadores de decisão. Além do *lobby*, Vieira (1997) aponta outro mecanismo de participação das ONGs no plano

internacional, que seria a inserção nas reuniões intergovernamentais – o que pode acontecer quanto formalmente, caso a ONG disponha do status consultivo, quanto informalmente. Embora seja um meio que não disponha de procedimentos uniformes acerca da presença de ONGs em si, a tentativa de adentrar em conferências internacionais ocorre principalmente por organizações de países democráticos, as quais são incluídas nas delegações nacionais. Nesses espaços, os representantes das ONGs participam das negociações na condição de representante da delegação nacional, designados como “membros públicos”. O mesmo dificilmente acontece com ONGs de países autoritários, visto que estes são mais impermeáveis no que tange à influência de organizações da sociedade civil (VIEIRA, 1997).

A busca pela maior inserção em reuniões internacionais remonta à década de 1990, quando a ONU iniciou o processo de conferências internacionais, instaurado a partir da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), onde houve forte pressão para que os governos passassem a dialogar com as ONGs (VIEIRA, 1997). Tal como apresenta Teixeira (2001):

Esse tipo de participação tem sido significativo, sobretudo, pelo espaço de publicização das questões debatidas, promovendo-se denúncias de posições dos governos e, até mesmo, negociações informais com representantes oficiais. Propiciam ainda o encontro das diversidades culturais, com frutífero intercâmbio de ideias e de experiências, ensejando todo um processo de discussão e reflexão. Primeiro, entre as próprias organizações (encontros, seminários, por regiões); depois, reuniões preparatórias (*prepcom*) com as delegações oficiais. São muitas as organizações de base nessa etapa, divulgando-se documentos, diagnósticos, propostas (TEIXEIRA, 2001, p. 65).

A incidência das organizações não-governamentais verifica-se não somente nas conferências intergovernamentais, mas também em reuniões ou grupos de trabalho que visam definir normas, diretrizes e regimes de proteção. Foi o caso, por exemplo, da organização britânica *Save the Children* durante a formulação da Convenção dos Direitos da Criança, aprovada em 1989 (VIEIRA, 1997). De modo geral, Teixeira (2001) elenca os principais mecanismos pelos quais as organizações da sociedade civil – onde se inserem as ONGs, objeto de estudo desta monografia – utilizam como forma de fazerem-se presentes nos espaços do cenário internacional. Para o autor, isso ocorre:

- a) Pressionando delegações oficiais, desde a preparação, tentando influir nas posições a tomar;
- b) Participando das sessões plenárias com direito a voz;
- c) Discutindo temas e experiências, formando redes e coalizões internacionais;

- d) Denunciando publicamente situações específicas de países e governos e da própria conferência;
- e) Divulgando experiências;
- f) Publicando as questões em debate (mediante jornal próprio que acompanha todos os eventos numa perspectiva crítica e contato permanente com a grande imprensa).

Considerando o que foi exposto neste capítulo, o próximo discorrerá acerca da Comissão sobre o Status da Mulher e como as organizações não-governamentais podem se inserir neste espaço institucional, demonstrando como o status consultivo e os demais mecanismos informais anteriormente apresentados funcionam na prática.

2. A QUESTÃO DAS MULHERES E A ARTICULAÇÃO DE ONGs NA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER

Conforme exposto anteriormente, em virtude da globalização, cada vez mais as organizações não-governamentais têm adquirido relevância no cenário político internacional, o que, no entanto, acontece à vista de pouco aporte institucional. Não obstante, entende-se que a atuação de ONGs na ONU não se limita somente aos meios formais previamente convencionados. A pressão exercida por organizações de mulheres e movimentos feministas durante as décadas de 1960 e 1970 pode ser vista como exemplo de mobilização significativa dessas forças em prol de uma causa. O empenho de tais ONGs, que à época não possuíam quaisquer status consultivo, fora capaz de influenciar a criação de instituições internacionais pautadas nos direitos das mulheres nos anos 1990 (JOACHIM, 2007). Atualmente, o principal espaço de discussão entre os Estados sobre a temática acontece na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), evento contido no ECOSOC, que, mais adiante, será analisado.

2.1. O papel informal das ONGs no processo de inserção da temática das mulheres na agenda da ONU

No que se refere à temática dos direitos das mulheres, a atuação informal de ONGs internacionais e movimentos feministas, em particular a Federação Democrática Internacional das Mulheres, foi essencial para a inserção dessa questão na agenda da ONU. Nesse momento, dois acontecimentos marcaram os progressos referentes aos direitos das mulheres na esfera política internacional: a adoção da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, em 1993, que condena a violência de gênero nas esferas pública e privada como um tipo de violação dos direitos humanos; e a adoção também do Plano de Ação aprovado durante a Conferência sobre População e Gênero (Cairo, 1994), que coloca a questão dos direitos reprodutivos e a saúde das mulheres como um fator para o crescimento populacional (JOACHIM, 2007).

Antes disto, a partir da década de 1970, alguns fatores favoreceram mudanças no debate acerca do papel da mulher na sociedade. Em primeiro lugar, a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Em seguida, destaca-se o fortalecimento da ciência e da tecnologia na época, que proporcionou a criação de métodos

contraceptivos de controle da fertilidade (BRAMSEN, 1976 *apud* BRITTO, 2014). Estes marcos contribuíram para um processo intenso de conscientização das mulheres acerca da condição de opressão destas, o que, conseqüentemente, ocasionou um impacto acentuado nas instituições da sociedade (CASTELLS, 1999 *apud* MIRANDA, 2007).

Institucionalmente, o processo político que levou ao estabelecimento desses acordos teve início a partir da chamada “Década da ONU para as Mulheres”, que ocorreu entre os anos de 1975 e 1985. Nesse ínterim, as Nações Unidas, por meio de resoluções da Comissão sobre o Status da Mulher, também promoveram três conferências intergovernamentais que tinham especialmente as mulheres como tema principal das discussões: a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, que aconteceu na Cidade do México (1975); a Segunda, em Copenhague (1980); e a Terceira, em Nairóbi (1985). Posteriormente, realizou-se a Quarta Conferência, em Pequim (1995), onde foram deliberadas por consenso entre os Estados-membros a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação, importantes instrumentos para o debate em questão (LIMA, 2014). Estas conferências serão esmiuçadas com maiores detalhes na subseção 2.2.1 deste trabalho.

No decorrer da década de 1990, outros encontros, também no âmbito da ONU, debateram amplamente a temática das mulheres, ainda que esta não fosse a pauta principal das discussões, como no caso da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e da Conferência Internacional sobre Populações de Desenvolvimento (Cairo, 1994) (LIMA, 2014). Para Jutta M. Joachim (2007), estes foram eventos simbólicos, pois inspiraram a emergência de outros movimentos e redes de mulheres nas esferas nacional e internacional, contribuindo para a formação de novas instituições, assim como estimulou pesquisas e coleta de dados acerca do status das mulheres mundialmente (JOACHIM, 2007).

Vale destacar como a participação das organizações não-governamentais nas quatro conferências específicas sobre a questão das mulheres foi crescendo a cada edição do encontro: a Primeira Conferência contou com cerca de 6.000 ONGs, que participaram de um fórum paralelo, denominado Tribuna do Ano Internacional das Mulheres. Por sua vez, na Segunda Conferência, constatou-se a participação de aproximadamente 8.000 ONGs atuando no Fórum das ONGs. Na Terceira Conferência, 163 ONGs com status consultivo estiveram presentes, enquanto o fórum paralelo das ONGs contou com aproximadamente

12.000 outras entidades. Por fim, a quarta e última conferência recebeu mais de 4.000 ONGs com status consultivo (UNITED NATIONS, 2006).

2.2. A Comissão sobre o Status da Mulher

A Comissão sobre o Status da Mulher (do inglês *Commission on the Status of Women*) foi criada como uma comissão orgânica dependente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Inicialmente inserida enquanto uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos do mesmo órgão, adquiriu a condição de comissão em junho de 1946 (UNITED NATIONS, 2006). A Resolução 11(II) do ECOSOC, pela qual a Comissão fora instituída, estabelece como função da mesma a preparação de recomendações e relatórios referentes à promoção dos direitos das mulheres nas esferas política, econômica, social e educacional, bem como a elaboração de recomendações nos casos que requerem atenção imediata por parte do Conselho (ECOSOC, 1946). A partir da Resolução 1996/6 do ECOSOC, a Comissão passou a assumir também a função de acompanhar e revisar os avanços e as dificuldades no que tange à implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, descrita no tópico anterior. Desse modo, a CSW é, atualmente, o principal mecanismo intergovernamental no âmbito internacional dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres (UN WOMEN, 2017).

2.2.1. Histórico

A Comissão reuniu-se pela primeira vez em fevereiro de 1947, contando com representantes – todas mulheres – de quinze Estados: Austrália, Bielorrússia, China, Costa Rica, Dinamarca, França, Guatemala, Índia, México, Síria, Turquia, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela. Coube à dinamarquesa Bodil Begtrup assumir a presidência da sessão. Inúmeras organizações não-governamentais de mulheres, com ou sem status consultivo, e demais representantes da sociedade civil direcionaram-se para o evento. A participação destes, contudo, limitou-se apenas à condição de ouvintes (UNITED NATIONS, 2006).

Foi durante esta primeira sessão que os Estados-membros declararam um dos princípios orientadores da Comissão:

Elevar o status das mulheres, independentemente de nacionalidade, raça, língua ou religião, para a igualdade com os homens em todos os campos da vida humana, e eliminar toda a discriminação contra as mulheres nas disposições do

direito estatutário, nas máximas ou regras legais, ou na interpretação do direito consuetudinário (E/281/Rev.1, 1947 *apud* UNITED NATIONS, 2006, tradução livre⁶).

No decorrer do primeiro encontro, os Estados-membros buscaram estabelecer relações estreitas com órgãos internacionais de direitos humanos, tais como a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão Social, a Subcomissão de Prevenção de Discriminação e Proteção das Minorias e algumas agências especializadas como a UNESCO e a UNICEF. Diante desses esforços, a presidente da Comissão foi convidada a participar também das sessões da Comissão de Direitos Humanos dedicadas à finalização dos rascunhos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 2006).

Foram distribuídas cópias preliminares deste projeto entre os Estados-membros da CSW, promovendo discussões sobre o documento. A primeira sessão da Comissão, portanto, pautou em colaborar com a elaboração e a revisão da Declaração. Entre as principais demandas que a Comissão solicitou que fossem incluídas no documento, está a inserção de uma linguagem mais sensível ao gênero: foram contra, por exemplo, a referência de “homens” como sinônimo de “humanidade”, ou mesmo o uso de frases como “homens são irmãos”. Ao final, estas reivindicações foram acatadas, o que não aconteceu sem que houvesse, a princípio, resistência por parte de membros da Comissão de Direitos Humanos. Todavia, em uma perspectiva histórica, pode-se afirmar que esse fato representou uma conquista inovadora (UNITED NATIONS, 2006).

Entre os anos de 1946 e 1962, o foco da Comissão recaiu na promoção dos direitos das mulheres e na igualdade, por meio da formulação de convenções internacionais, a fim de mudar a legislação que existia até então e que era considerada discriminatória quanto à questão da mulher. No entanto, considerava-se que havia a necessidade de codificar os direitos legais das mulheres com base em dados e análises que revelassem até que ponto a discriminação contra a mulher persiste na prática, não apenas na lei. Em vista disso, a Comissão promoveu esforços em pesquisas que avaliassem o status das mulheres em todo o mundo, assim como a coleta de informações acerca do acesso à educação, à oportunidade a aos direitos civis. O colhimento de dados de cunho estatístico ficou a cargo dos Estados-membros da Comissão, enquanto as organizações não-governamentais e as agências da ONU foram incumbidas de providenciar informações adicionais, de caráter qualitativo.

⁶ Tradução de: “*to raise the status of women, irrespective of nationality, race, language or religion, to equality with men in all fields of human enterprise, and to eliminate all discrimination against women in the provisions of statutory law, in legal maxims or rules, or in interpretation of customary law*” (E/281/Rev.1, 1947 *apud* UNITED NATIONS, 2006)

Este conjunto de informações referentes às condições das mulheres pelo mundo fora o alicerce dos principais temas de discussão da Comissão durante o período em questão, que incluíram: acesso aos direitos políticos⁷, discriminação no casamento⁸, alfabetização de mulheres e acesso igualitário à educação. Também nesse ínterim começou a ser discutida a questão das práticas tradicionais nocivas às mulheres e meninas, como a mutilação genital feminina⁹ (UNITED NATIONS, 2006).

Os esforços da Comissão no período entre 1963 e 1975 foram marcados pelo foco no papel das mulheres no desenvolvimento, tanto quanto beneficiárias quanto como agentes de mudança. Considerando que havia evidências de que as mulheres eram afetadas desproporcionalmente pela pobreza, a CSW concentrou as suas atividades nas necessidades das mulheres em relação ao desenvolvimento comunitário e rural, ao trabalho agrícola, ao planejamento familiar e ao impacto dos avanços científicos e tecnológicos. Tratou-se de uma época de profundas mudanças no seio das Nações Unidas, em que a membresia da organização expandiu com rapidez, graças à emergência de novas nações independentes. Isso impulsionou uma maior preocupação com estes países, que ainda estavam em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2006).

Faz-se importante destacar que neste intervalo de tempo também pode ser observado um aumento na quantidade de organizações comprometidas com o combate à discriminação contra as mulheres, e este movimento crescente influenciou em grande medida as abordagens de mulheres e desenvolvimento na ONU – e, portanto, na própria CSW. Em 1967, a Assembleia Geral adotou a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, um documento que foi elaborado pela Comissão com o apoio de ativistas dos direitos das mulheres, de dentro e também de fora do sistema das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2006).

⁷ Em 1950, 22 Estados-membro das Nações Unidas ainda proibiam as mulheres de votar ou de ocupar cargos políticos. Somente em 1952 a Assembleia Geral adotou a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres, documento elaborado pela CSW e que, pela primeira vez, reconheceu e protegeu os direitos políticos das mulheres (UNITED NATIONS, 2006).

⁸ Ao longo da década de 1950, os relatórios da ONU revelaram que havia discriminação contra as mulheres no que diz respeito ao casamento e ao divórcio. Estes dados levaram à elaboração de um conjunto de medidas sobre a temática, dentre as quais a Convenção sobre o Consentimento para o Casamento, a Idade Mínima para o Matrimônio e o Registro dos Casamentos - adotada em 1962 (UNITED NATIONS, 2006).

⁹ Essas práticas tradicionais são, contudo, temas muito sensíveis, e passaram a ser entendidos como formas de violência contra a mulher somente a partir de meados da década de 1980 (UNITED NATIONS, 2006).

O ano de 1975 foi definido como o Ano Internacional das Mulheres¹⁰. O objetivo principal fora destacar para toda a comunidade internacional que, apesar do empenho contínuo da CSW nos últimos anos, a discriminação contra as mulheres ainda era um problema que persistia no mundo e que esta é uma questão profundamente enraizada em leis e crenças culturais. Por meio desta iniciativa, a Comissão também visava encorajar governos, organizações não-governamentais e indivíduos a aumentar a diligência no que tange à promoção da igualdade entre homens e mulheres, bem como fazer com que estes atores reconhecessem a contribuição das mulheres para o desenvolvimento. Ao aprovar a recomendação da Comissão acerca do Ano das Mulheres, a Assembleia Geral ainda adicionou outro tema proposto: o reconhecimento da contribuição das mulheres também para o fortalecimento da paz mundial. Concomitantemente a isso, também fora aprovada a realização, no mesmo ano, da Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, que resultou no estabelecimento de diretrizes a serem alcançadas até 1985 (UNITED NATIONS, 2006).

O Ano Internacional das Mulheres inaugurou também o que foi denominado a “Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Vale destacar que ao longo desse período, que compreendeu os anos de 1975 a 1985, a CSW passou a se reunir bianualmente. Inicialmente, a tarefa principal da Comissão reincidiu sob a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (conhecida pela sigla em inglês *CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*), conforme deliberado anteriormente no Plano de Ação adotado durante a Primeira Conferência, em 1975. O texto do documento fora preparado pela Comissão entre 1976 e 1979, sendo este último o ano em que a Assembleia Geral finalmente o adotou (UNITED NATIONS, 2006).

Durante a Década das Mulheres, além da preparação do texto da Convenção, a CSW foi incumbida de estar à frente da organização de mais duas conferências sobre as mulheres: a Segunda, em 1980, e a Terceira, em 1985. A Segunda Conferência foi realizada como forma de reafirmar a importância da CEDAW, logo após a sua adoção. Um dos propósitos do encontro deu-se com a revisão dos progressos referentes à implementação das metas estabelecidas na conferência anterior. O debate focou

¹⁰ Esta ideia foi introduzida pela Romênia, em nome da Federação Democrática Internacional das Mulheres (UNITED NATIONS, 2006).

particularmente em três áreas, à época consideradas como urgentes para as mulheres: emprego, saúde e educação (UNITED NATIONS, 2006).

Por sua vez, na Terceira Conferência, cinco anos depois, buscou-se estabelecer medidas concretas para superar os obstáculos pertinentes ao alcance dos objetivos da Década das Mulheres. Os governos concordaram em adotar um documento acerca do futuro das mulheres até o fim do século, delineando medidas para a implementação da equidade de gênero a nível nacional e promovendo a participação das mulheres nos esforços de paz. O documento foi denominado Estratégias de Nairóbi para o Avanço das Mulheres (UNITED NATIONS, 2006).

A partir de 1987, a Comissão passou a se reunir apenas uma vez ao ano. Em concordância com as determinações da Assembleia Geral, nesse período, a CSW empenhou-se em tratar a igualdade das mulheres por um viés transversal, relacionando o tema a outras questões, tais como o desenvolvimento econômico, direitos humanos, questões políticas, culturais e de política social (UNITED NATIONS, 2006).

Em conjunto com o Comitê da CEDAW e, eventualmente, a Comissão de Direitos Humanos, a CSW trouxe à agenda internacional a questão da violência contra a mulher, tema que até então era tido como um assunto privado e, em razão disto, acreditava-se que não demandava ações governamentais ou internacionais. O empenho da Comissão sob esse tema fora encorajado por um movimento ativo de ONGs por volta da década de 1980. Diante disso, a Comissão se comprometeu a elaborar a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que veio a ser adotada pela Assembleia Geral em 1993 (UNITED NATIONS, 2006).

Em 1995, dez anos após o último evento, a Comissão organizou a Quarta Conferência. O quadro a seguir traz um resumo das deliberações que se seguiram em cada uma destas:

Quadro 1 – Conferências das Nações Unidas sobre as Mulheres

Conferência	Deliberações
Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres (Cidade do México, 1975)	Definição do Plano de Ação Mundial, que fornece um conjunto de diretrizes para o avanço das mulheres até o ano de 1985.

Segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres (Copenhague, 1980)	Exigência de medidas nacionais que garantam que as mulheres tenham acesso à propriedade e ao controle desta, assim como melhorias na proteção dos direitos à herança, custódia dos filhos e nacionalidade.
Terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres (Nairóbi, 1985)	Adoção das Estratégias de Nairóbi, que delinearam medidas para alcançar a igualdade de gênero a nível nacional e a participação das mulheres nos esforços de paz e desenvolvimento.
Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995)	Aprovação, por unanimidade, da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação, considerado o principal documento político internacional sobre a igualdade de gênero.

Fonte: NGO CSW/NY, 2014.

Embora cada conferência seja importante para o debate e represente avanços significativos no que tange à questão das mulheres na política internacional, este trabalho atentar-se-á de modo específico para o que foi acordado na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, haja vista que o documento final deste evento é de suma importância para as atividades da Comissão para o Status da Mulher nos dias atuais.

A conferência de 1995 delineou a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, nas quais os direitos das mulheres passaram a ser compreendidos como direitos humanos. O documento evoca o conceito de gênero para identificar as relações entre homens e mulheres na sociedade, reavaliando tal estrutura, assim como as demais instituições existentes e de que forma estas afetam todos os aspectos da vida humana. A partir disso, estabeleceu-se que a igualdade de gênero equivale a uma questão de interesse universal e, portanto, os países devem se comprometer com ações específicas para garantir que esta seja alcançada (ONU BRASIL, 2017). Nesse sentido, destaca-se também o empoderamento das mulheres. A declaração traz que a participação das mulheres no processo de tomada de decisão e o acesso ao poder são pontos fundamentais para alcançar a igualdade de gênero, bem como o desenvolvimento e a paz. O Artigo 17 reconhece e reafirma que o controle de todos os aspectos da própria saúde, particularmente a própria

fertilidade, é outra questão importante para o empoderamento das mulheres (UNITED NATIONS, 1995).

A Plataforma de Ação aponta que, para o alcance da igualdade, as mulheres enfrentam diversas barreiras tais como raça, idade, idioma, etnicidade, cultura, religião, deficiência, o fato de serem indígenas ou quaisquer outros status. Os objetivos e as ações estratégicas que o documento fornece dizem respeito à pobreza, educação, saúde, violência, economia, meio ambiente, entre outros temas importantes para que os obstáculos ao avanço das mulheres sejam superados e a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres possam ser atingidos em todos os países. No que se refere ao papel das organizações não-governamentais nesse cenário, a Declaração e a Plataforma de Ação sugere que estas, em cooperação com os governos, se comprometam e contribuam para a implementação efetiva das ferramentas que o documento oferece (UNITED NATIONS, 1995).

A Assembleia Geral determinou que a Comissão cumprisse a função de acompanhar a implementação das deliberações de Pequim dentro do Sistema das Nações Unidas, de modo a assessorar o ECOSOC nesta tarefa. Para isto, a CSW elaborou programas de trabalho plurianuais, nos quais se analisou cada uma das áreas críticas do documento e, à vista disso, criaram-se recomendações que forneciam medidas concretas para acelerar o processo de efetivação das medidas que a Plataforma de Ação trouxe (UNITED NATIONS, 2006).

Como meio de aprimorar o acompanhamento da execução das diretrizes estabelecidas em Pequim de forma mais eficaz, a Comissão também promoveu mudanças em seus próprios métodos de trabalho. A partir de 1996, a CSW adotou o mecanismo de estabelecer temas prioritários a cada sessão, que eram determinados em sessões prévias com a ajuda de especialistas da academia e da sociedade civil (UNITED NATIONS, 2006).

2.2.2. Estrutura atual

As sessões da Comissão acontecem anualmente no mês de março, reunindo Estados-membros, entidades das Nações Unidas e organizações não-governamentais com status consultivo junto ao ECOSOC. Os encontros acontecem na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque (Estados Unidos). Haja vista a pluralidade de atores envolvidos, trata-se, também, de um espaço que cria a oportunidade para tomadores de decisão, pesquisadores e

ativistas integrarem-se em redes estratégicas e, assim, planejar e mobilizar novas iniciativas e ações que promovam a causa pela qual a Comissão se propõe (UN WOMEN, 2016).

A estrutura da Comissão é composta por representantes de quarenta e cinco Estados-membros das Nações Unidas, eleitos pelo ECOSOC com base na distribuição geográfica equitativa, sendo, portanto: 13 Estados provindos da África; 11 Estados, da Ásia; nove Estados, da América Latina e do Caribe; oito Estados, da Europa Ocidental e outros Estados; e, por fim, quatro Estados, da Europa Oriental. Estes membros são eleitos por um período de quatro anos. Atualmente, o Brasil está inserido como membro na Comissão, com o mandato válido até 2020 (UN WOMEN, 2017).

À Presidência da Comissão¹¹ cabe o papel de facilitar a sessão a qual comandará, desde o processo inicial de preparação até o evento em si, a fim de garantir o êxito do mesmo. Os representantes dos Estados-membros que integram a Presidência o fazem por um período de dois anos, distribuindo as suas responsabilidades em: um presidente e quatro vice-presidentes, sendo imposta a um deles também a função de relator. Na primeira reunião subsequente à Comissão, eles próprios devem eleger os Estados que irão constituir a Presidência pelos anos seguintes. Nos últimos anos, o Brasil fez parte da Presidência da Comissão por duas ocasiões, sendo uma na condição de vice-presidente (2002 e 2003) e a última na condição de presidente (2016 e 2017) (UN WOMEN, 2017).

A cada sessão, a Presidência da Comissão determina anteriormente um tema prioritário a ser discutido no ano em questão, com base na Plataforma de Ação de Pequim. A partir da Resolução 2015/6 do ECOSOC, estabeleceu-se que a escolha deste tema deve considerar também possíveis vínculos com os compromissos designados na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas, expressos por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A mesma Resolução afirma que o tema prioritário deve dissertar sobre um assunto referente ao contexto dos desafios atuais, identificado por, no máximo, dois painéis de peritos, que incluem especialistas dos governos, o sistema das Nações Unidas, a sociedade civil e outros *stakeholders*. A intenção é que, desta forma, o diálogo entre estes atores fomente também um intercâmbio de experiências nacionais, regionais e globais, bem como de lições aprendidas, boas práticas e novas perspectivas baseadas em evidências, pesquisas e avaliações. Com as questões emergentes levantadas

¹¹ Esta é a tradução adotada na presente monografia para referir-se ao termo em inglês “*Bureau of the Commission*”.

pelos painéis de peritos, a Presidência consulta os Estados-membros para definir o tema da sessão. Vale destacar que a Resolução 2015/6 enfatiza que os *inputs* de outros *stakeholders* devem ser levados em conta, estimulando um diálogo mais interativo (ECOSOC, 2015).

A Resolução 2015/6 também decidiu que, a cada sessão, a Comissão deve avaliar o progresso na implementação das conclusões acordadas sobre o tema prioritário de alguma sessão anterior. Trata-se do chamado tema de revisão, que é avaliado tendo como referência as apresentações voluntárias de alguns Estados-membros. Nestas exposições, os representantes dos países discorrem sobre lições aprendidas, desafios e boas práticas identificadas através de experiências nacionais e regionais sobre o tema. Com isso, são discutidas formas de apoiar e alcançar a implementação das recomendações anteriores a nível nacional, regional e global. Ao final da sessão, a Presidência da Comissão fica incumbida de trazer um resumo que mostre os resultados do debate sobre o tema de revisão (ECOSOC, 2015).

Os resultados das sessões anuais da Comissão, além de concernir acerca do tema prioritário em questão, devem também ser apresentadas na forma de conclusões acordadas (*agreed conclusions*), negociadas apenas entre os Estados-membro. Tais conclusões representam recomendações de ações e medidas com a finalidade de diminuir as lacunas remanescentes, enfrentar os desafios identificados pelos painéis de peritos e acelerar a implementação das metas firmadas na Plataforma de Ação de Pequim (ECOSOC, 2015). Isto serve como um guia para todos os atores envolvidos, como as organizações não-governamentais, que serão tratadas nos próximos parágrafos.

Um ponto importante que a Resolução 2015/6 acentua diz respeito à participação das organizações não-governamentais nestes processos. O Conselho reconhece a importância das ONGs, do mesmo modo que dos demais setores da sociedade civil, especialmente quanto às ações de monitoramento e implementação das recomendações da Comissão. Haja vista também o papel destas organizações na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas, o ECOSOC aconselha que elas devem ser encorajadas a participar dos trabalhos da Comissão. Vale destacar que a Resolução solicita ao Secretário-Geral que tome as providências adequadas a fim de garantir a utilização plena dos canais de comunicação com as ONGs – a dizer, o status consultivo –, facilitando a ampla participação destas organizações (ECOSOC, 2015).

A participação da sociedade civil - de modo geral, e não somente das ONGs - durante a cerimônia é também facilitada por intermédio da Entidade da ONU para a

Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, também conhecida apenas como ONU Mulheres. A criação do órgão foi aprovada em 2010, com o intuito de acelerar o progresso no atendimento às necessidades de mulheres e meninas em todo o mundo. A ONU Mulheres reuniu quatro outras agências e escritórios distintos do Sistema das Nações Unidas, igualmente voltados à paridade de gênero e que foram extintos dado o estabelecimento da entidade: o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero (OSAGI) e, por último, o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW) (UN WOMEN, 2017). Dessa forma, a entidade funciona também como um secretariado da Comissão, apoiando as sessões em todos os aspectos, desde a preparação dos documentos que servirão de base para as deliberações ao contato com *stakeholders* (UN WOMEN, 2016).

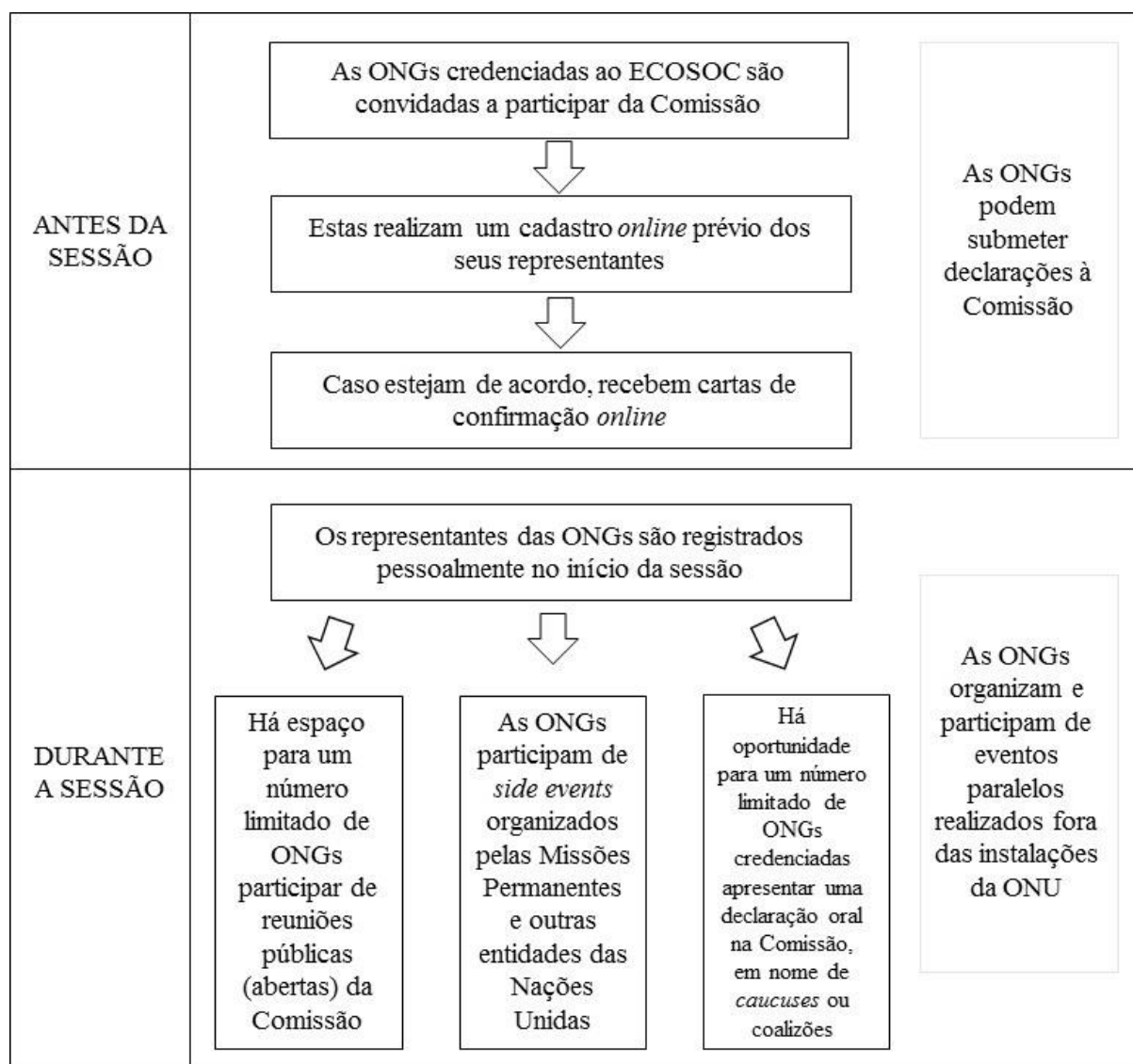
As organizações não-governamentais que dispõem do status consultivo e que estão em boas condições com o ECOSOC estão habilitadas a enviar representantes para as sessões anuais da CSW, na própria sede das Nações Unidas. O número de participantes por cada organização está limitado a vinte pessoas, em virtude do aumento na demanda por espaço durante o evento. Desse modo, o recebimento da carta de convocação - o que acontece por volta de novembro do ano anterior à sessão - não garante a entrada de todos, sendo necessário, portanto, registro das organizações interessadas via sistema *online* junto ao ONU Mulheres (UN WOMEN, 2017).

Existem três modalidades de participação para as ONGs credenciadas. Durante as sessões anuais, elas valem do direito de: a) apresentar declarações escritas; b) realizar um discurso durante a discussão geral; e, enfim, c) intervir durante um painel interativo. Todas estas interações devem ser previamente apresentadas à ONU Mulheres, para que seja verificado se estão de acordo com as instruções do órgão - este procedimento acontece em torno de janeiro a fevereiro do ano corrente à sessão (UN WOMEN, 2017).

A apresentação de documentos escritos limita-se às organizações que detenham os status dos tipos geral ou especial, não devem exceder 2.000 e 1.500 palavras, respectivamente, e devem ser escritas em um dos idiomas oficiais das Nações Unidas. Os depoimentos orais, tanto na discussão geral quanto nos painéis, são mecanismos restringidos a uma determinada quantidade de organizações. Ambos não devem superar três minutos de duração, estão sujeitos à disponibilidade de tempo ao longo das cerimônias

e devem ater-se ao tema principal ou ao tema de revisão da sessão. No caso da fala durante a discussão geral, são priorizadas as organizações que pronunciam-se em nome de grupos, *caucuses* ou ainda coalizões. Em relação às intervenções no ínterim dos painéis de peritos, destaca-se o fato de que estas devem, obrigatoriamente, ser realizadas sob a forma de comentários ou perguntas aos especialistas do painel – de forma alguma como deliberações ou *inputs* (UN WOMEN, 2017).

Figura 1 - Modalidades de participação de ONGs antes e durante a CSW



Fonte: UN Women, 2017. Elaboração da autora.

Por sua vez, aquelas que não são credenciadas são incentivadas a participar de eventos paralelos, que são realizados fora das instalações da ONU. Em grande medida,

cabe ao Comitê de ONGs organizá-los (UN WOMEN, 2017). O Comitê representa um grupo de organizações e ativistas dos direitos das mulheres que exercem a função de facilitar a participação das demais ONGs antes e também no decorrer das sessões, seja por meio de treinamentos, orientações, comunicados através das redes sociais ou mesmo viabilizando os chamados *CAUCUS* (NGO CSW/NY, 2017).

O sistema dos *CAUCUS* foi introduzido por Bella Abzug, congressista norte-americana e presidente da organização Women, Environment, and Development Organization (WEDO). O método foi utilizado por ativistas do movimento de mulheres com o propósito de organizar-se durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), a fim de tornar os esforços de *lobby* mais efetivos. Os *CAUCUS* destas mulheres reuniam-se todos os dias antes das reuniões oficiais dos governos e discutiam os assuntos que eram acordados nos dias anteriores, fornecendo, assim, suporte para coordenar as suas estratégias de *lobby*. Este procedimento tornou-se uma estratégia de atuação das ONGs nas conferências especiais da ONU (JOAQUIM, 2007).

Diante do que foi exposto, o próximo capítulo vai abordar o caso escolhido para demonstrar a efetividade da participação de uma organização não-governamental sem status consultivo no decorrer da Comissão sobre o Status da Mulher.

3. ESTUDO DE CASO: O ENGAJAMUNDO E A CSW60

Em março de 2016, a organização não-governamental brasileira Engajamundo esteve presente na 60ª Comissão sobre o Status da Mulher (CSW60). O presente capítulo versará sobre o desempenho da ONG no evento, como forma de compreender de que modo uma organização não-governamental sem status consultivo do ECOSOC consegue se inserir nos espaços da conferência. O objetivo é verificar, a partir da análise, a relevância do status nos dias de hoje.

3.1. O Engajamundo

A organização não-governamental Engajamundo foi idealizada em junho de 2012, quando jovens universitários da cidade de São Paulo participaram da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Rio+20, e perceberam a necessidade de capacitar a juventude brasileira para atuar em fóruns internacionais, os quais eram ocupados em grande medida por jovens de países desenvolvidos. Os estudantes, que à época compunham o Comitê Universitário Paulista, notaram que, nesses espaços de discussão, esses jovens demandam do governo de seus respectivos países políticas internacionais e locais, bem como se organizam para realizar ações e mobilizações em torno de tais demandas. O mesmo não era visto partindo da juventude brasileira, o que despertou o desejo de fundar uma organização fluida e horizontal, capaz de proporcionar o maior engajamento dos jovens brasileiros em pautas como o meio ambiente e as mudanças climáticas (ENGAJAMUNDO, 2017).

Após um período de articulações em torno da ideia de fomentar uma ONG, em meados de março de 2013 a organização institucionalizou-se por meio da obtenção de um número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), tornando-se uma associação sem fins lucrativos (ENGAJAMUNDO, 2017). Raquel Rosenberg¹², uma das fundadoras do Engajamundo, destaca que uma das razões que motivaram a organização a adquirir o CNPJ fora o fato de que um dos pré-requisitos para dar início ao processo de obtenção do status consultivo junto ao ECOSOC era possuir o cadastro por ao menos dois anos¹³. Assim,

¹² Entrevista concedida por Raquel Rosenberg. Entrevista III. [jul. 2017]. Entrevistadora: Juliana Rodrigues Moura. O roteiro da entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

¹³ O Engajamundo adquiriu status consultivo junto ao ECOSOC somente em agosto de 2017.

desde o início, a organização reconhece o status como uma importante ferramenta para inserir-se nas conferências internacionais.

Como forma de alcançar os objetivos que a organização propunha, foi delineada uma metodologia que incluía formações de fácil entendimento e próximas à realidade dos jovens, de modo que fosse possível esclarecer o complexo processo das negociações internacionais. Durante o ano de 2013, a organização conseguiu aplicar formações em estados como Bahia, Ceará, São Paulo e em Brasília, no Distrito Federal. Um dos intuitos das formações iniciais era o de perceber os posicionamentos da juventude brasileira, de forma ampla e integralizada, para que o Engajamundo pudesse levá-los às conferências pelas quais participasse.

Atualmente, a rede conta com cerca de 600 jovens de 15 a 29 anos, que realizam formações, mobilizações e/ou ações de ativismo com incidência política nas cinco regiões do Brasil. A organização avalia que esse trabalho, de caráter voluntário, tenha impactado mais de mil jovens em contextos distintos, desde universitários que vivem em grandes capitais aos jovens de aldeias indígenas (ENGAJAMUNDO, 2017).

Em termos de representatividade, a entrevistada considera a representação territorial um ponto forte para o Engajamundo, visto que a organização conta com articuladores em ao menos dezessete estados brasileiros, sendo que grande parte destes vivem em cidades das regiões Nordeste e Norte do país. Por sua vez, em termos de igualdade de gênero, afirmou-se que a maioria dos membros da rede são mulheres, embora a organização não tenha contabilizado os números exatos. Há também uma significativa representação de articuladores que declaram-se homossexuais. Contudo, ainda que a organização disponha de tamanha representatividade em determinadas categorias, não acontece o mesmo com outras. Acredita-se que a organização tem muito a crescer em termos de minorias, pois há pouca representação de negros e indígenas, por exemplo. Não existem representantes transexuais ou deficientes na organização.

Além das atividades dos articuladores locais – ou seja, os voluntários que atuam em cada cidade –, a estrutura organizacional do Engajamundo conta atualmente com o trabalho do chamado Comitê Facilitador, responsável pelos assuntos administrativos da organização. Este órgão desdobra-se em cinco funções específicas: jurídico-financeira, comunicação, captação de recursos, coordenação de rede e coordenação geral (ENGAJAMUNDO, 2017).

Estes articuladores estiveram pela primeira vez presentes em uma conferência internacional durante a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP19), que aconteceu na cidade de Varsóvia, na Polônia, em novembro de 2013 (ENGAJAMUNDO, 2017). O encontro tinha como objetivo principal alcançar um acordo climático a fim de tornar obrigatória a redução das emissões de gases de efeito estufa a partir do ano de 2020. A conferência contou com a participação de mais de 8.300 pessoas, entre representantes de governos, órgãos das Nações Unidas, organizações não-governamentais, entidades da sociedade civil, imprensa e partes interessadas na questão ambiental (PROCLIMA, 2013).

A experiência ao participar da COP19 trouxe vários aprendizados para a organização, o que impactou nos próprios mecanismos de ação que vinham sendo desenhados até o momento. O impulso da conferência fez com que os articuladores percebessem o quão imprescindível era o engajamento da juventude também no âmbito local, de maneira que as questões globais pudessem ser igualmente discutidas no dia-a-dia de cada jovem. Foi então que a organização intensificou as formações e buscou desempenhar mais ações de ativismo, *lobby* e *advocacy* a nível nacional, o que, posteriormente, deu origem à criação dos núcleos locais.

Durante a COP19, houve o primeiro contato do Engajamundo com o governo brasileiro, no intuito de buscar credenciais para a participação efetiva da organização no evento. Depois de algumas experiências, essa relação foi intensificada, indo além da obtenção das credenciais: há um vínculo de colaboração com algumas entidades do governo, principalmente a figura do Itamaraty, que por vezes demonstra abertura para notar os posicionamentos que a organização defende enquanto representante da juventude brasileira. O Ministério das Relações Exteriores reconhece o trabalho da organização e, por diversas ocasiões, estiveram dispostos a incluir os jovens articuladores em espaços de decisão sobre diferentes temáticas. Outros ministérios também manifestam apoio ao Engajamundo, porém não foram citados quais.

Desde então, representantes do Engajamundo estiveram presentes em vários outros fóruns internacionais, como o Global Power Shift, em Istambul, Turquia (2013); as 20ª, 21ª e 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, no Peru (2014), na França (2015) e no Marrocos (2016); eventos na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, EUA (2014); a Conferência Mundial da Juventude, em Colombo, Sri Lanka (2014); o Fórum Social Mundial, em Túnis, Tunísia (2015); a

PrepCom do Habitat III, em Nairóbi, Quênia (2015); a 60ª Comissão para o Status da Mulher em Nova Iorque, EUA (2016); a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), em Quito, Equador (2016); a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas, em Cancun, México (2016); entre muitos outros (ENGAJAMUNDO, 2017).

A inserção internacional é, portanto, um dos principais focos de atuação do Engajamundo. Em vista disso, outra ferramenta que a organização utiliza para intervir nos espaços internacionais, além das formações domésticas via núcleos locais, ocorre por meio das atividades de cinco grupos de trabalho, que estão alinhados a temas que fazem parte da agenda internacional: clima, desenvolvimento urbano, desenvolvimento sustentável, biodiversidade e gênero (ENGAJAMUNDO, 2017). A atuação destes grupos será descrita detalhadamente mais adiante.

Em meio às constantes tentativas de ocupar os espaços de discussão a nível internacional, levando os posicionamentos da juventude para estes lugares, a organização teve de enfrentar diversas barreiras. O contato com o governo brasileiro não foi apontado como uma destas barreiras, tendo em vista que, no geral, os governantes mostram-se dispostos a perceber os *inputs* de entidades como o Engajamundo. A dificuldade com relação ao governo recai na obtenção de credenciais para alguns eventos, sendo esta, sim, a primeira barreira que a articuladora constata.

Em segundo lugar, foi destacada a questão idiomática: visto que o português não é um dos idiomas oficiais da grande maioria das conferências e que sequer há tradução oficial dos documentos finais para a língua portuguesa, os articuladores precisam ter previamente conhecimentos básicos da língua inglesa ou espanhola, para que sejam capazes de acompanhar os debates e os eventos de modo geral. Como forma de minimizar tal empecilho e facilitar a compreensão de todos os participantes, o Engajamundo tem adotado o método de formar pares entre os articuladores, em que um articulador que domina outro idioma passa a ser acompanhado por outro que compreenda apenas português. Também a própria linguagem das negociações, carregada de termos técnicos, é colocada como a terceira barreira para os articuladores.

A quarta barreira diz respeito ao que considera-se uma questão cultural destes espaços. Segundo a entrevistada, entidades da sociedade civil que acompanham algumas destas conferências há mais tempo tendem a apresentar posicionamentos mais sólidos acerca dos temas que as discussões tratam. Isto faz com que as organizações mais

consolidadas se sobressaiam em detrimento das outras que estão ainda começando a se inserir nesses espaços, o que dificulta o trabalho destas últimas.

Por fim, destacou-se a questão do financiamento para comparecer às conferências, uma vez que o Engajamundo incentiva os próprios articuladores a captarem os recursos necessários para a ida aos eventos no exterior. No final de 2013, por exemplo, para comparecer à COP19 com uma delegação de quatro voluntários, os articuladores realizaram por conta própria uma campanha de financiamento coletivo (também conhecido como *crowdfunding*). O apoio do Comitê Facilitador dá-se apenas no que diz respeito ao auxílio na busca de plataformas de *crowdfunding* ou à capacitação sobre como elaborar projetos para possíveis instituições financiadoras, como a universidade ou o próprio poder público local.

A origem do financiamento é um ponto que merece destaque, uma vez que elucida o caráter da organização. Desde a fundação, o Engajamundo procura diversificar as suas fontes de recurso. Além das campanhas de *crowdfunding*, o capital parte também de aportes institucionais – via aplicação de projetos em editais nacionais e internacionais – e de doações de pessoas físicas. Como forma de guiar os articuladores quanto a proveniência de tais subsídios, adotou-se o mecanismo da “Planilha de Elegibilidade”, a qual traz critérios que validam ou não a instituição ou indivíduo dispostos a doar. Cada critério apresenta uma pontuação específica, tanto negativa quanto positiva, e, ao final, a depender da quantidade de pontos, o Engajamundo decide se aceita ou não receber o financiamento. As informações que são utilizadas para servirem como base no preenchimento da planilha devem ser dos últimos 10 anos e provir de fontes diversificadas, como sites de notícias e atualizações do Ministério da Justiça ou do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Os quadros abaixo mostram os pontos negativos e positivos que foram definidos como critérios de elegibilidade:

Quadro 2 – Pontos negativos da Planilha de Elegibilidade

Critério	Pontuação
Produto é considerado como prejudicial à saúde;	- 1 ponto
Usam assessoria de imprensa para fechar parcerias;	-1 ponto

Existem evidências de corrupção interna;	-2 pontos
Tem representação investigada na COAF;	-2 pontos
Proveniência dos recursos é desconhecida ou é contrária aos valores;	-2 pontos
Não possui um descarte adequado dos resíduos (sem logística reversa);	-3 pontos
Atividade com efeito sobre a poluição das águas;	-3 pontos
Atividade ligada à produção de automóveis movidos à combustíveis fósseis;	-3 pontos
Negligência ao reagir a denúncias de assédio sexual;	-3 pontos
Comprovação de uso de trabalho escravo ou em condições similares;	-4 pontos
Emissão ou uso de mensagens preconceituosas ou discriminatórias;	-4 pontos
Envolvimento no deslocamento de povos tradicionais ou ribeirinhos;	-4 pontos
Uso não sustentável de recursos naturais;	-4 pontos
Pertence ao grupo das dez maiores controladoras de capital do mundo;	-4 pontos
Associação da marca Engajamundo sem autorização prévia;	Eliminatório
Empresa extrativista (extrativismo predatório);	Eliminatório
Recursos provenientes de partidos políticos;	Eliminatório
Empresa da indústria bélica ou financiadora de guerras nos últimos dez anos;	Eliminatório
Produtor de fertilizante químico;	Eliminatório
Produção de transgênicos.	Eliminatório

Quadro 3 – Pontos positivos da Planilha de Elegibilidade

Critério	Pontuação
Possui atuação alinhada com os grupos de trabalho;	+1 ponto
Contato pessoal com decisor;	+1 ponto
Possui as certificações obrigatórias do setor;	+2 pontos
Busca alternativas sustentáveis para os recursos e os produtos;	+2 pontos
Atua com transparência;	+2 pontos
Busca e investe em soluções inovadoras;	+2 pontos
Inclusão de mulheres no grupo decisor;	+3 pontos
Cumpre as normas trabalhistas;	+3 pontos
Realiza estudos de impactos ambientais;	+3 pontos
Estrutura horizontal;	+3 pontos
Atua de forma a promover a inclusão social;	+3 pontos
Possui logística reversa de resíduos;	+4 pontos
Realiza a neutralização do carbono (política carbono neutra);	+4 pontos
Possibilidade de fidelização;	+4 pontos
Recursos sem destinação específica (contribuição não “carimbada”).	+4 pontos

Fonte: ENGAJAMUNDO, 2017.

Atualmente, o maior montante de financiamento do Engajamundo deriva de institutos e fundações que receberam aprovação após o resultado positivo na Planilha de Elegibilidade. Em 2016, os três principais financiadores da organização foram a Fundação Arymax, o Instituto Arapyauá e o Instituto Clima e Sociedade. Outras fontes significativas de recurso decorreram de organizações parceiras como a WWF, a Fundação Avina, o Observatório do Clima e outras ONGs que detém mais recursos. Estas últimas realizam doações ou mesmo formulam projetos para serem desenvolvidos em conjunto com o Engajamundo, utilizando, assim, os próprios recursos. No tocante às doações de pessoas físicas, Rosenberg afirma que o volume de recursos provenientes desta categoria é baixo, o que tem motivado a organização a buscar plataformas que possibilitem a doação mensal de pessoa física de forma mais acessível. Os mecanismos utilizados recentemente incluem a plataforma Generosa, que permite que uma parcela de determinadas compras realizadas *online* seja destinada ao Engajamundo, mediante cadastro prévio neste canal.

Como fora explicado anteriormente, uma das atividades que a organização desenvolve ocorre por meio da atuação dos grupos de trabalho. O grupo cujo tema principal é o clima e a questão das mudanças climáticas surgiu em meados de 2013, e é, portanto, um dos mais antigos. O objetivo inicial era o de preparar a delegação designada para participar da COP19, como forma de garantir uma atuação efetiva do Engajamundo durante o evento. Nos anos seguintes, o grupo buscou intensificar as formações e realizar ações que mostrassem para a juventude a importância do assunto. Todas essas experiências somaram ao grupo, que prosseguiu com o trabalho nas conferências posteriores (ENGAJAMUNDO, 2017).

Por sua vez, o grupo de trabalho que lida com a questão do desenvolvimento urbano foi criado em fevereiro de 2015, como resposta às consultas que o governo vinha promovendo a nível nacional, à medida que se aproximava a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), a acontecer no ano seguinte. A conferência tinha como objetivo discutir e revisar políticas urbanas e de moradia que afetam diretamente as cidades e a sociedade como um todo. Como resposta, o grupo lançou um projeto com a finalidade de capacitar os jovens com a proposta da conferência e, assim, foi capaz de formar uma delegação para o evento em 2016 (ENGAJAMUNDO, 2017).

O grupo de trabalho relacionado ao desenvolvimento sustentável despontou também em 2015, diante da iminência do prazo final, estabelecido pela ONU, para

alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM foram utilizados pelos Estados como um guia de ações dentro da agenda de desenvolvimento global, concentrada em solucionar alguns dos problemas mais urgentes do início do século XIX. Até 2015, esperava-se atingir os oito objetivos estabelecidos. Contudo, muitos desafios ainda eram constatados, o que estimulou a criação de uma nova agenda, mais ambiciosa e que abarcava outros temas que antes foram deixados à parte. Surgiram, assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O grupo de trabalho no Engajamundo utilizou-se desse momento para refletir e avaliar os méritos e falhas dos ODM e dos novos compromissos que estavam sendo construídos, aproveitando também para reivindicar uma agenda que atendessem mais às demandas dos jovens, o que foi feito através da facilitação de consultas, somadas às formações que já eram realizadas. O grupo também contribuiu com redes internacionais como a Coalizão de Jovens Brasileiros pelo Pós-2015, do Núcleo Nacional dos ODM (Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade), e a campanha global Action 2015 (ENGAJAMUNDO, 2017).

A questão da biodiversidade é tema do grupo de trabalho mais recente do Engajamundo, criado em 2016. O grupo tem como propósito engajar a juventude brasileira nesse assunto, que vai além de apenas plantas, animais, microrganismos e ecossistemas, abordando, também, tópicos importantes como segurança alimentar, medicamentos, desenvolvimento sustentável e justiça. O grupo também executa ações de conscientização sobre o valor da biodiversidade brasileira e, em 2016, buscou participar ativamente das discussões que ocorreram na 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP13), que aconteceu em Cancún, no México (ENGAJAMUNDO, 2017).

Por fim, o grupo de trabalho referente às questões de gênero facilita a formação da juventude acerca dos debates e entraves que ocorrem especialmente no âmbito da Comissão sobre o Status da Mulher, que foi abordada no capítulo anterior. Além disto, este grupo também fomenta ações de ativismo pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres, assim como providencia a tradução para o português de notícias relacionadas à Comissão. O grupo esteve à frente na capacitação de articuladores para conformar a delegação que atuou durante a CSW60, no ano de 2016 (ENGAJAMUNDO, 2017).

Diante da diversidade de temas os quais o Engajamundo lida e busca incidir nas conferências e reuniões internacionais que acontecem todos os anos, este trabalho vai se debruçar na incidência da organização em espaços que tratam acerca das questões de gênero. Mais especificamente, os tópicos a seguir versarão sobre a participação do

Engajamundo durante a 60ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW60), na condição de organização sem status consultivo no ECOSOC, e buscarão mostrar quais foram os mecanismos utilizados pelos articuladores da organização para intervir no evento.

3.1.1. Atuações gerais do grupo de trabalho sobre gênero

Antes de adentrar na atuação internacional do grupo de trabalho sobre gênero, faz-se necessário também esmiuçar o desempenho do mesmo na esfera doméstica. A pauta fundamental pela qual a organização busca incidir internamente – seja a nível nacional ou mesmo local, por meio dos núcleos locais – recai sobre as questões feministas e a violência contra as mulheres (ENGAJAMUNDO, 2017).

Mathaus Ranie, atual coordenador do grupo, cita em entrevista¹⁴ as ações de rua como atividade com o maior alcance de impacto. Como exemplo, é mencionada a campanha “Carnaval ConSentido”, realizada em fevereiro de 2017 e que consistiu na distribuição de adesivos em festas e blocos de rua durante as festividades de carnaval em diversas cidades pelo Brasil, a fim de conscientizar principalmente os jovens sobre questões como assédio e consentimento. A organização estima que a campanha, que também aconteceu virtualmente, tenha atingido mais de 50 mil pessoas no decorrer desse período.

Outra atividade que o grupo desempenha com destaque, além das ações de rua, são os grupos de estudo *online*. Convidam-se pesquisadores ou pessoas que são referências em determinados temas relacionados ao gênero e, assim, promovem-se debates como forma de trazer informações importantes e também capacitar os articuladores, tal como quaisquer outros interessados, visto que se trata de eventos abertos ao público.

A realização de formações também é uma ferramenta importante no desempenho do grupo domesticamente, embora tenha sido utilizada de forma mais contínua em períodos anteriores. Nesse sentido, destaca-se principalmente a campanha “Moças no Clima”, realizada entre novembro e dezembro de 2015, que consistiu na promoção de formações acerca da relação entre os papéis de gênero na sociedade e as mudanças climáticas. A campanha contou com palestras e rodas de conversa, por exemplo, para grupos de mulheres marisqueiras de comunidades quilombolas (Cambuta, Acupe e São

¹⁴ Entrevista concedida por Mathaus Ranie. Entrevista IV. [set. 2017]. Entrevistadora: Juliana Rodrigues Moura. O roteiro da entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Brás) em Santo Amaro, no recôncavo da Bahia, bem como outro grupo de produtoras de panelas de barro, na cidade de Vitória, no Espírito Santo (ENGAJAMUNDO, 2015).

De modo geral, conforme foi destacado inicialmente, as principais pautas que o grupo busca estender-se concernem sobre questões relativas à equidade de gênero. Para o entrevistado, esse tema faz com que a organização tenha a capacidade de desenvolver um amplo escopo de trabalho, permitindo uma maior flexibilidade no que diz respeito à temática a ser aplicada. Atualmente, o grupo tem reproduzido atividades voltadas para o enfrentamento de assédio e de violência sexual com mulheres, frisando a importância das discussões sobre consentimento e estupro de vulnerável, conforme foi abordado na campanha do início de 2017. Na organização, há também demandas por pautar questões LGBTQ+, o que, porém, não são atendidas com tanta frequência.

Acerca da atuação em espaços institucionais que tratam a questão das mulheres, identifica-se certa dificuldade que o grupo enfrenta para ocupá-los. Isso ocorre, segundo o entrevistado, devido à oscilação de participantes ao longo do ano, o que resulta em um quadro limitado de articuladores no grupo e impossibilita-o de ir adiante na atuação por vias institucionais, seja a nível nacional, estadual ou municipal. Haja vista a participação escassa de membros atuando no tema em questão, comumente acontece de os articuladores mais ativos penderem para outros movimentos ou organizações locais, utilizando o grupo do Engajamundo apenas como um “pano de fundo” para adentrar outras coletividades.

Diante desse cenário, observam-se muitas interações do grupo com outras organizações, sem, contudo, estabelecer parcerias institucionais concretas. Entre as organizações que dispõem de interfaces com o grupo de gênero do Engajamundo estão o Coletivo Mangueiras, organização que atua sob a promoção de direitos sexuais e reprodutivos para jovens; e a Plan International, ONG internacional que atenta para a promoção da igualdade de gênero.

Além do pouco aparato de articuladores, outro obstáculo que o grupo de trabalho sobre gênero enfrenta para estabelecer uma atuação doméstica mais palpável refere-se à dificuldade em promover diálogos com todos os setores da sociedade. A temática do gênero e os pormenores que esta implica ainda sofre preconceito em razão de crenças conservadoras por parte de determinados grupos, seja na política, nas organizações religiosas ou mesmo na mídia. Posto isto, entende-se que o impacto de quaisquer organizações que se empenham neste assunto deve ser percebido de médio a longo prazo,

uma vez que os resultados destes esforços virão somente mediante ações constantes, comunicação e conscientização com todos as esferas sociais.

3.2. Estudo de caso: participação do grupo de gênero do Engajamundo na CSW60 (2016)

A 60ª Comissão sobre o Status da Mulher (CSW60) aconteceu entre os dias 14 e 24 de março de 2016, tendo como tema principal “o empoderamento das mulheres e seu vínculo com o desenvolvimento sustentável”. Conforme a Resolução 2015/6 do ECOSOC, a escolha da temática desta sessão teve como influência a aprovação, no ano anterior, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com objetivos e metas transversais a serem alcançados durante os próximos anos. A Agenda 2030, como também ficou conhecida, traz a perspectiva de gênero no Objetivo 5, que discorre sobre o alcance da igualdade de gênero e do empoderamento de todas as mulheres e meninas (UN WOMEN, 2016).

Em 2015, quando o tema principal foi definido, também se comemorou o vigésimo aniversário da Quarta Conferência para as Mulheres, o que tornou o momento oportuno para revisar e avaliar a Plataforma de Ação e Declaração de Pequim. Assim, o tema de revisão da sessão em 2016 buscou avaliar os progressos na implementação das conclusões acordadas na sessão de 2013 (CSW57), que se referiu à “eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e meninas” (UN WOMEN, 2016).

Faz-se importante salientar que a deliberação acerca dos temas principal e de revisão partiu de uma série de reuniões e eventos preparatórios para a Comissão de março de 2016. Na liderança dos preparativos para a sessão, a ONU Mulheres promoveu três grandes encontros com diferentes atores, a fim de averiguar as possíveis pautas de discussão: o primeiro entre os dias 1 e 4 de novembro de 2015, reunindo um grupo de especialistas; o segundo, que aconteceu entre 23 e 24 de novembro de 2015, dialogando com a sociedade civil; e, enfim, o terceiro, envolvendo múltiplos *stakeholders* em 21 de janeiro de 2016, com o intuito de construir alianças e fortalecer parcerias (UN WOMEN, 2016).

Além destes, foram articulados outros encontros de alcance regional, em conformidade com a distribuição geográfica que a Comissão adota. A Reunião Preparatória e Consultiva da América Latina e do Caribe para a CSW60, por exemplo, aconteceu entre

26 e 28 de janeiro de 2016, em Santiago (Chile). O encontro, que contou com o apoio da ONU Mulheres, congregou ministros e autoridades nacionais de alto nível. Ao final, os participantes sancionaram uma declaração intitulada “O empoderamento, os direitos e a autonomia das mulheres e a relação com o desenvolvimento sustentável”, sendo este, então, o relatório que compreendeu as demandas latino-americanas para a sessão de 2016 (UN WOMEN, 2017).

As organizações não-governamentais que detinham *status* consultivo buscaram influir no processo de preparação para a sessão através do envio de declarações: foram constatadas, ao todo, cerca de 179. Estes documentos, elaborados individualmente ou por meio de coalizões de ONGs, também devem ser levados em conta pelos Estados-membros da sessão como demandas para a construção do documento final (UN WOMEN, 2017).

Estruturalmente, a Presidência da CSW60 foi composta pelo presidente Antonio de Aguiar Patriota (Brasil); pelos vice-presidentes Fatma Al Zahraa Hassan (Egito), Jun Saito (Japão) e Andreas Glossner (Alemanha); e pelo relator Šejla Đurbuzović (Bósnia e Herzegovina) (UN WOMEN, 2016). Pela primeira vez, um representante brasileiro ocupou o cargo de presidente da sessão (ITAMARATY, 2016). O quadro abaixo mostra uma lista com todos os países que fizeram parte da Comissão sobre o Status da Mulher em 2016 e, ao lado, o prazo do mandato de cada um deles.

Quadro 4 – Estados-membros da CSW60 por região e respectivos mandatos.

África	Índia (2018)	Paraguai (2017)
Burkina Faso (2017)	Indonésia (2016)	Uruguai (2018)
Congo (2018)	Irã (2019)	Europa Ocidental e outros
Egito (2018)	Japão (2017)	Bélgica (2019)
Guiné Equatorial (2019)	Cazaquistão (2018)	Finlândia (2016)
Gana (2018)	Mongólia (2019)	Alemanha (2017)
Quênia (2018)	Paquistão (2017)	Israel (2017)
Lesoto (2017)	Coréia do Sul (2018)	Liechtenstein (2019)
Libéria (2019)	Tajiquistão (2018)	Espanha (2019)
Malawi (2019)	América Latina e Caribe	Suíça (2017)

Níger (2016)	Brasil (2016)	EUA (2016)
Sudão (2016)	Colômbia (2019)	Europa Oriental
Uganda (2017)	Cuba (2016)	Albânia (2019)
Tanzânia (2018)	Rep. Dominicana (2016)	Belarus (2017)
Ásia	Equador (2017)	Bósnia e Herzegovina (2019)
Bangladesh (2018)	El Salvador (2018)	Rússia (2016)
China (2016)	Guiana (2018)	

Fonte: CSW, 2015.

Ao longo da primeira semana, o cronograma oficial da sessão consistiu em reuniões de discussão geral (*general discussion*), reuniões ministeriais sobre o tema principal, apresentações voluntárias sobre o tema de revisão e painéis interativos de especialistas sobre os temas. No decorrer da segunda semana, enfim, as reuniões para definição das conclusões acordadas (*agreed conclusions*) tomaram a maior parte do encontro. Vale salientar que o Brasil manteve participação ativa durante todas as sessões, inclusive realizando uma apresentação voluntária¹⁵ acerca da experiência brasileira no alcance do tema de revisão (UN WOMEN, 2017).

3.2.1. Estratégias do Engajamundo para a CSW60

Em 2016, o Engajamundo, por meio do grupo de trabalho sobre gênero, enviou uma delegação como sete articuladores para a CSW60. A obtenção de credenciais para adentrar no evento na condição de sociedade civil foi proporcionada em razão de uma parceria com a ONG Action Canada for Population and Development (ENGAJAMUNDO, 2016). A fim de obter mais informações sobre a participação da organização durante a Comissão, foram entrevistadas¹⁶ três dos jovens que foram selecionados para compor a delegação; entre elas, a coordenadora do grupo de trabalho de gênero do Engajamundo à época.

¹⁵ A exposição foi feita por Tatau Godinho, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Entre os avanços do país no assunto, apontados durante a apresentação, estavam a Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/2006) e a Lei de Feminicídio (Lei Federal 13.104/2015) (UN WOMEN, 2017).

¹⁶ Entrevista concedida por Vitória Buzzi, Débora Motoki e Mariana Monteiro. Entrevistas I e II. [abr. 2017]. Entrevistadora: Juliana Rodrigues Moura. O roteiro das entrevistas na íntegra encontram-se no Apêndice A desta monografia.

Assim como a organização comumente faz em outras conferências as quais participa, os articuladores dividiram-se em três equipes de atuação: comunicação, *lobby* e ações. Cada um exerceu funções distintas no decorrer da sessão. A equipe de comunicação foi responsável pela produção de material sobre o evento, a ser divulgado nas redes sociais do Engajamundo. Foram elaborados desde fotos e vídeos a matérias escritas acerca do que vinha sendo discutido ao longo das reuniões. Além destas atividades, a equipe também estava encarregada de manter contato com a mídia brasileira, na intenção de prospectar jornais que pudessem vir a veicular o conteúdo que os articuladores produziam.

Por sua vez, partiu da equipe de *lobby* a responsabilidade de acompanhar as discussões gerais (*general discussion*), assistindo os posicionamentos que cada Estadomembro ponderava, a fim de verificar se condiziam com os *lobby points* determinados pela delegação¹⁷. Coube a este grupo a tentativa de dialogar com as demais organizações presentes e ainda fazer pressão para que as delegações de representantes dos países, particularmente a delegação brasileira, incluíssem em suas deliberações as demandas que os articuladores elencaram.

Os posicionamentos do Engajamundo durante a CSW60 foram definidos pelos próprios articuladores que formavam a delegação da organização, poucos meses antes de seguirem para a sessão. Cada ponto foi determinado com base nas respostas de um formulário *online* que o grupo de trabalho de gênero elaborou. Não havia pré-requisitos para respondê-lo – nem mesmo quanto à faixa etária – e, ao final, todas as respostas foram cruzadas com as percepções que a delegação também considerava relevantes. Vale frisar que todos os pontos, exceto o sexto, foram correlacionados com algum Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, estando, assim, de acordo com a Resolução 2015/6 do ECOSOC. Os *lobby points* que o Engajamundo elencou para serem levados à CSW60 foram os seguintes:

- 1) Descriminalização e legalização do aborto (relacionado ao ODS 3);
- 2) Combate ao casamento infanto-juvenil (relacionado ao ODS 3);
- 3) Saúde pública para transexuais e travestis (relacionado ao ODS 3);
- 4) Trabalho como forma de empoderamento financeiro (relacionado ao ODS 8);
- 5) Inclusão do estudo de gênero no currículo acadêmico (relacionado ao ODS 4);
- 6) Incentivo à participação da juventude.

¹⁷ O documento elaborado pela organização que conta com os posicionamentos (*lobby points*) do Engajamundo na CSW60 de forma detalhada encontra-se no Anexo A desta monografia.

A equipe de ações, por fim, empenhou-se em planejar, articular e executar intervenções durante a sessão (ENGAJAMUNDO, 2016). As ações que foram realizadas serão descritas com maiores detalhes no tópico a seguir, que tratará de como se deu a inserção de fato dos articuladores no decorrer da Comissão.

3.2.2. Inserção

As impressões gerais que a delegação do Engajamundo detinha em relação à Comissão sobre o Status da Mulher como um todo se voltava para o fato de esta tratar de uma das maiores reuniões promovidas pelas Nações Unidas, porém com baixa visibilidade quando comparada, por exemplo, às deliberações da Assembleia Geral. Uma vez que consistiu na primeira delegação da organização a comparecer no evento, os articuladores chegaram à CSW60 com muitas incertezas sobre o que aconteceria nas duas semanas de discussões (ENGAJAMUNDO, 2016). As referências que o Comitê Facilitador da organização pôde lhes oferecer diziam respeito às outras conferências internacionais pelas quais o Engajamundo havia participado anteriormente, como as conferências sobre mudanças climáticas.

Antes mesmo da sessão de 2016 ser iniciada, a delegação do Engajamundo se envolveu no I Fórum de Juventude da CSW, organizado pela ONU Mulheres entre os dias 11 e 12 de março. Os articuladores atuaram na condição de voluntários do evento, ocasionalmente participando dos debates dos Grupos de Trabalho, que trouxeram temas como equidade de gênero e mudanças climáticas, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com base nas questões de gênero, entre outros assuntos (ENGAJAMUNDO, 2016).

Ao final do Fórum, as discussões foram substanciadas em uma declaração, contendo as diversas demandas da juventude em relação às mulheres, que foi entregue aos representantes dos Estados-membros. Nesse momento, a delegação teve a oportunidade de contatar brevemente o diplomata brasileiro Antonio Patriota, também presidente da CSW60, e entregar a ele o documento com os *lobby points* do Engajamundo para a sessão. Patriota considerou as propostas da organização “progressistas e bem pautadas”, afirmando ser fundamental a participação de organizações como o Engajamundo em espaços de deliberações internacionais (ENGAJAMUNDO, 2016).

Este foi o primeiro encontro, em Nova Iorque, entre os articuladores e um membro da delegação oficial brasileira. Previamente ao evento, a organização conseguiu manter

contato com a deputada estadual Stela Farias (PT/RS), sem que, contudo, houvesse parcerias concretas entre a organização e o governo brasileiro. O Engajamundo tentou, por meio de *e-mails*, estabelecer um diálogo com os demais membros da delegação brasileira, a fim de garantir que a representação da juventude fosse resguardada, porém não obtiveram respostas.

Ainda assim, a proximidade com a deputada lhes permitiu serem convidados, um dia antes do início da sessão, a participar de uma reunião com a delegação brasileira, realizada na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (ENGAJAMUNDO, 2016). No decorrer da reunião, os dois membros da delegação do Engajamundo que estavam presentes puderam contemplar os documentos oficiais que o governo brasileiro dispunha para apresentar na sessão. Em uma oportunidade, os articuladores questionaram a falta de representantes da juventude na delegação oficial do Brasil e, sustentando este argumento, foi possível fazer com que lhes disponibilizassem apenas uma credencial de governo para a organização.

Desse modo, o Engajamundo dispunha de credenciais que os colocava como representantes da sociedade civil e apenas uma credencial que lhe posicionou como representante da delegação oficial do Brasil. Na condição de sociedade civil, os articuladores se empenharam em realizar as intervenções que a equipe de ações havia delineado, bem como buscaram participar dos eventos paralelos das ONGs e das reuniões de *CAUCUS*.

A organização encontrou certa dificuldade em colocar em práticas as ações que foram planejadas. O fato de que a sessão acontece na sede das Nações Unidas foi um obstáculo para a realização de intervenções próximas a esta localidade, visto que havia uma quantidade significativa de seguranças que sequer souberam informar os articuladores se estes estavam autorizados ou não a executar quaisquer tipos de ações na área – solicitar a autorização ao *staff* para fazer ações nas conferências é um procedimento padrão adotado pelo Engajamundo em experiências anteriores.

Outro obstáculo decorreu do número insuficiente de articuladores para realizar intervenções de grande porte ou que demandassem uma maior quantia em recursos, uma vez que a delegação não obteve financiamento considerável para tal – nem por parte do próprio Engajamundo enquanto instituição, nem das tentativas de captação de recurso, como o *crowdfunding*. Apesar de todas as dificuldades, a delegação conseguiu realizar em torno de três intervenções durante a sessão.

Entre tais ações, destaca-se a que aconteceu na própria sede da ONU e que partiu de uma campanha anterior do grupo de trabalho de gênero. Os articuladores utilizaram panfletos que continham imagens de mulheres e dizeres como “procura-se quem pense nas mulheres” ou “procura-se visibilidade”. O ato consistiu em distribuir aleatoriamente este material em locais públicos e informais do local, como banheiros e corredores, de modo que todos os indivíduos presentes no evento pudessem contemplá-los. Esta intervenção foi planejada e as imagens foram produzidas com antecedência, antes de a delegação seguir para os Estados Unidos.

Os eventos paralelos destinados às ONGs e as reuniões do *CAUCUS* tiveram uma importância fundamental para a delegação estabelecer *networking*. Ambos reuniram principalmente representantes da sociedade civil, sejam estas organizações não-governamentais, movimentos sociais ou mesmo indivíduos instigados a discutir temas específicos relacionados à questão das mulheres. Os eventos paralelos contavam também com algumas representações de Estados-membros e destacaram-se particularmente por estimular discussões acerca de assuntos que não foram incluídos na pauta de debates oficiais da Comissão naquele ano (ENGAJAMUNDO, 2016). Os articuladores do Engajamundo participaram de ao menos seis destes eventos, com os seguintes temas:

- a) *Revisão da lei modelo: discussões de grupos focais com mulheres jovens da Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África*¹⁸;
- b) *Que políticas mais respeitam os direitos das profissionais do sexo?*¹⁹;
- c) *Trazendo o aborto de volta para o advocacy: apagamento e silenciamento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*²⁰;
- d) *Mulheres afrodescendentes e formação de identidade racial*²¹;
- e) *Promovendo o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero no marco da Agenda 2030*;
- f) *Empoderamento de mulheres indígenas*;

A participação do Engajamundo no evento paralelo que abordou a questão das mulheres indígenas teve, ao final, uma importante repercussão. Inicialmente, o tema não

¹⁸ Tradução de: “*Review SADC model law: focus group discussions with SADC young women*” (ENGAJAMUNDO, 2016).

¹⁹ Tradução de: “*Which policies best respect sex worker’s rights?*” (ENGAJAMUNDO, 2016).

²⁰ Tradução de: “*Bringing Abortion Back to the Advocacy Table: Erasure and Silencing in the Sustainable Development Goals*” (ENGAJAMUNDO, 2016).

²¹ Tradução de: “*Women of African Descent in the Diaspora: Shaping Racial Identity*” (ENGAJAMUNDO, 2016).

estava incluso nos *lobby points* listados pelos articuladores. O tema passou a ser pautado pela delegação após conhecerem duas indígenas brasileiras, também participantes na condição de sociedade civil, que lhes informaram que a Missão Permanente do Brasil na ONU não havia delegado nenhum representante para apoiar a causa durante tal evento paralelo (ENGAJAMUNDO, 2016).

Diante do ocorrido, a equipe de comunicação expôs o fato nas redes sociais, questionando a Missão do Brasil acerca da ausência destes no evento e pressionando para que as demandas das mulheres indígenas fossem acolhidas pela entidade. A resposta veio no dia seguinte, quando a Missão entrou em contato com as indígenas para retratar-se perante o caso. O Engajamundo considera o resultado do empenho dos articuladores nessa questão como uma das maiores conquistas da organização durante a CSW60. Vale ressaltar também que as redes sociais, em particular o *Twitter*, foram importantes ferramentas de *advocacy* para a organização (ENGAJAMUNDO, 2016).

Por sua vez, outro espaço que a delegação do Engajamundo buscou incidir enquanto sociedade civil foram os *CAUCUS*. Trata-se de um ambiente no qual debate-se diariamente, antes do início de cada sessão, os temas que serão discutidos pelos Estados-membros, de acordo com o cronograma oficial. É importante lembrar que os *CAUCUS* são coordenados exclusivamente por entidades da sociedade civil. Os articuladores participaram de três reuniões, que versavam sobre os assuntos a seguir: “jovens feministas”; “direitos das mulheres”; e “orientação sexual e identidade de gênero”. A delegação aproveitou-se destas reuniões para articular-se com outras organizações que apresentavam posições semelhantes àquelas presentes no *lobby points*, a fim de manter-se alinhados com as demais ONGs presentes na CSW60.

Fora do âmbito da CSW60, o Engajamundo ainda atuou por meio de ações realizadas em conjunto com outras organizações não-governamentais e movimentos sociais, tanto brasileiros quanto de outras nações. Entre estes, a ONG Gestos, que promoveu um ato contra o casamento infantil, o qual foi chamado de “pedofilia legalizada”. Outra destas intervenções aconteceu em frente à Missão Permanente de Honduras para a ONU, executada em parceria com a liderança de diversas instituições de mulheres da América Latina, em prol de justiça pela militante feminista hondurenha Berta Cáceres, assassinada semanas antes do evento (ENGAJAMUNDO, 2017).

Na sede das Nações Unidas, por sua vez, o principal espaço de incidência da delegação enquanto sociedade civil foi o do *general discussion*, seja relacionado ao tema

principal ou ao tema de revisão, que eram abertos ao público credenciado. Contudo, dado o fato de que o Engajamundo ainda não detinha *status* consultivo com o ECOSOC no período da CSW60, a delegação não pôde ter voz em plenário, visto que essa atividade era reservada às ONGs credenciadas e aos Estados-membro da Comissão. Desse modo, a participação dos articuladores neste espaço se deu apenas na condição de observadores.

Conforme demonstrado anteriormente, a partir da segunda semana de encontro, as reuniões começaram a pautar a formação das chamadas *agreed conclusions* da sessão, e apenas os representantes dos governos tinham autorização para participar. Nestas reuniões, os Estados-membro discutiam os parágrafos do acordo final, visando chegar a um consenso. Uma vez que possuíam uma credencial governamental, o Engajamundo teve a oportunidade de manter uma das articuladoras ocupando a última semana de CSW60 (ENGAJAMUNDO, 2016).

3.3. Análise do caso

Diante do que foi descrito anteriormente acerca da participação da delegação do Engajamundo na 60ª Comissão sobre o Status da Mulher, torna-se possível fazer algumas considerações no que se refere ao desempenho e ao impacto de tal atuação.

Primeiramente, nota-se certo desconhecimento por parte dos articuladores, de um modo geral, em relação às dinâmicas próprias da Comissão²². No decorrer das entrevistas realizadas para este trabalho, os articuladores demonstraram que compareceram ao evento dispondo de pouca compreensão sobre o funcionamento e a organização do mesmo, e, à vista disso, apresentaram expectativas limitadas em relação aos seus desempenhos.

Em grande medida, essa atitude decorreu da falta de um referencial adequado. Parte da estratégia de atuação do Engajamundo para esta sessão foi delineada com base na inserção em outros fóruns pelos quais a organização obtém êxito, em particular aqueles que buscam lidar com as questões do meio ambiente. Notadamente, esta é uma área em que a organização apresenta uma significativa influência no âmbito nacional e que tem sido cada vez mais ampliada para a esfera internacional, a partir das recentes experiências dos articuladores nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – também chamadas apenas de “COP”.

²² Não foram obtidas informações acerca do processo preparatório da delegação para o evento, como, por exemplo, treinamentos com especialistas na área de negociações internacionais.

Dessa forma, tem-se utilizado a COP como um parâmetro para as novas tentativas de incidência da ONG em pautas mais diversificadas. Contudo, ao orientar-se a partir de reuniões que contam com características organizacionais distintas da Comissão sobre o Status da Mulher, a delegação generaliza os espaços de tomadas de decisão internacional e, por isso, encontra dificuldades em arquitetar panoramas de atuação mais efetivos.

Essa ocorrência pode ser observada por meio da questão do *lobby* no decorrer da CSW60. Em algumas ocasiões, as entrevistadas citaram que essa atividade foi prejudicada durante a sessão, pois havia pouca possibilidade de realizá-la frente aos Estados-membros da Comissão. No caso da COP, de acordo com elas, acontece o contrário: por se tratar de uma conferência em que há uma maior quantidade de países participantes, aumenta-se o espaço para este tipo de ação. Durante a Comissão de 2016, aponta-se como ações de *lobby* efetuadas de forma mais eficaz a aquisição da credencial governamental e a inserção das duas representantes de mulheres indígenas na delegação oficial do Brasil.

Embora a questão indígena seja de grande importância e a atitude da delegação em pressionar os representantes brasileiros no evento em favor disto seja louvável, este tema sequer constava nos *lobby points* da organização. A vasta quantidade de demandas estabelecidas levou à falta de foco de atuação, o que também não trouxe profundidade à voz dos articuladores nestas temáticas pré-determinadas. Por não designar um tema específico, a delegação não conseguiu ser incisiva em os seus posicionamentos. Ainda assim, destaca-se como um ponto bastante positivo a convergência de cada *lobby point* com um dos objetivos da Agenda 2030.

Ao longo da sessão, os *CAUCUS* eram os principais locais em que o Engajamundo pôde debater os próprios posicionamentos com outras entidades e, assim, tentar ainda intervir nas decisões – haja vista a impossibilidade de dialogar diretamente com os Estados-membros da sessão, devido à condição de ONG sem status consultivo. Diante disto, verifica-se outro padrão de *lobby* indireto: ao invés de pressionar os próprios países que tomarão as decisões, as organizações não-governamentais menores, como o Engajamundo, levam suas demandas para outras ONGs maiores e mais influentes no cenário internacional – em grande medida, que detenham algum tipo de credenciamento junto ao ECOSOC – para que estas, então, busquem influenciar as deliberações governamentais, considerando também as demandas das ONGs de pequeno porte.

Os articuladores fizeram isto ao alinhar os seus *lobby points* com o que vinha sendo discutido pelas demais ONGs presentes nos *CAUCUS*²³. Dessa forma, estes encontros fora do âmbito da CSW60 tiveram uma importância significativa para a atuação do Engajamundo, principalmente no que diz respeito à ampliação da rede de contatos (*networking*) da organização. Constata-se que o pouco aprofundamento dos articuladores nos temas²⁴ e a pluralidade de demandas sem foco específico tenha sido prejudicial para uma atuação mais concreta da delegação.

Outra questão a ser considerada na análise volta-se para o fato de que o Grupo de Trabalho de Gênero não possui um desempenho consolidado na esfera nacional, ou mesmo local, a ponto de justificar uma tentativa de incidência internacional da organização. Ainda que sejam verificadas ações e campanhas pontuais que de fato enriquecem o movimento feminista no Brasil, o grupo ainda enfrenta diversos obstáculos que limitam uma maior efetivação dos seus objetivos a nível doméstico, como o próprio empenho descontínuo dos articuladores do grupo nas atividades propostas.

Haja vista os fatores elencados anteriormente, constata-se que a atuação do Engajamundo ao longo das duas semanas de CSW60 não culminaram em um impacto relevante para a sessão, senão a ocupação daquele espaço por parte de uma organização brasileira – a representatividade de entidades advindas de países do Sul global no decorrer do evento, em particular da América do Sul, era baixa. Para as articuladoras entrevistadas, o maior resultado da participação do Engajamundo fora o fato de que haviam representantes da juventude brasileira presentes na Comissão.

²³ Foi o caso, por exemplo, da questão do casamento infanto-juvenil, que passou a constar como um posicionamento do Engajamundo somente após as reuniões dos *CAUCUS* e a articulação com outras organizações não-governamentais (ENGAJAMUNDO, 2016).

²⁴ Os documentos oficiais da organização sobre a CSW60 apresentam poucos dados que comprovem um embasamento teórico aprofundado sobre os assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foram apresentados os instrumentos utilizados pelas organizações não-governamentais na tentativa de incidir nas instâncias decisórias intergovernamentais, seja formal ou informalmente. Entende-se que, diante das transformações as quais o sistema internacional tem sido acometido, a participação de atores não-estatais na arena internacional é fundamental, o que, inclusive, é reconhecido e incentivado pela própria Organização das Nações Unidas (ONU, 2012).

Conforme averiguado, o status consultivo fornecido pelo Conselho Econômico e Social é o principal mecanismo de participação formal das ONGs nas Nações Unidas, que lhes garantem, entre outras vantagens, realizar declarações orais em determinadas reuniões do órgão, diante dos Estados-membros da instituição (ONU, 2012). Como forma de verificar a efetividade da obtenção do status consultivo, o foco de análise do trabalho recaiu para a atuação informal destas entidades, a fim de comparar estas duas modalidades. Para isto, o trabalho analisou o desempenho da organização brasileira Engajamundo durante a 60ª Comissão sobre o Status da Mulher, em 2016. À época, a ONG não possuía quaisquer status consultivo.

Referente ao caso em questão, ficou evidente que o Engajamundo não foi capaz de efetivamente influenciar as negociações das conclusões finais da CSW60 a partir dos próprios posicionamentos. Ao longo das entrevistas realizadas no processo de pesquisa, por vezes destacou-se a falta de espaço para realizar *lobby* frente aos Estados-membros presentes na sessão – o que, para os membros da delegação que foram entrevistados, prejudicou parte das atividades que eles haviam previsto para desempenhar durante o evento.

Contudo, a partir da análise das entrevistas e de relatórios da organização, observou-se que a delegação do Engajamundo dispôs, na verdade, de duas oportunidades significativas para exercer o *lobby* propriamente dito, diretamente com a delegação oficial brasileira: primeiro, ao final do I Fórum de Juventude da CSW, quando, ainda que de forma breve, estiveram diante de Antonio Patriota e lhe entregaram os *lobby points* da organização; segundo, durante a reunião junto com a Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, propiciada pelo contato com a deputada estadual Stela Farias.

Considera-se a reunião com a Missão do Brasil a oportunidade mais favorável para o Engajamundo na tentativa de influenciar a delegação brasileira. No entanto, percebe-se

que os articuladores que estiveram presentes se empenharam, sobretudo, em pressionar para que houvesse uma representação da juventude na delegação oficial do Brasil. De fato, alcançaram tal êxito: foi-lhes concedida uma credencial de governo e uma articuladora do Engajamundo adentrou na sessão nesta condição, o que, porém, não logrou em resultados consideráveis do ponto de vista de um impacto palpável.

Nota-se que esta reunião poderia ter sido utilizada como um ensejo para o Engajamundo buscar um diálogo construtivo com a delegação oficial brasileira em cima dos posicionamentos defendidos para a sessão, e, assim, pressioná-los com as próprias demandas. Vale destacar que, em 2016, o Brasil esteve à frente da Presidência da Comissão, o que lhes conferiu um papel de destaque durante a sessão em termos de negociação.

Haja vista que as Nações Unidas consideram as organizações não-governamentais como colaboradoras no sentido de implementação dos acordos estabelecidos a nível internacional, um maior embasamento acerca da atuação local da organização – seja com estudos e dados estatísticos elaborados pelos próprios núcleos locais – forneceria um melhor respaldo para influenciar os tomadores de decisão. Como visto no Capítulo 2, para Teixeira (2001), um mecanismo informal imprescindível é a divulgação de experiências de cada ONG. Deve-se ter em mente que, no final das contas, as deliberações são negociadas apenas pelos Estados.

Conforme traz Villa (1999), o principal mecanismo político que propicia a inserção das ONGs no processo de decisão é a influência das mesmas. Isto ocorre quando a organização “carece de meios de coerção, mas se vale de meios consensuais para conseguir o objetivo de encontrar obediência nas vontades alheias” (VILLA, 1999, p. 29). Assim, deduz-se que, neste caso, houve oportunidades para o Engajamundo persuadir especialmente os representantes brasileiros, mas não foram devidamente aproveitadas em razão da estruturação e atuação doméstica limitadas, bem como o embasamento moderado para sustentar as amplas demandas.

Ainda assim, algumas das vantagens que as ONGs adquirem ao obter o status consultivo, descritas pelo ECOSOC e expostas no Capítulo 2, foram alcançadas pelo Engajamundo, ainda que sem qualquer status consultivo. Apenas a credencial de sociedade civil permitiu que os membros da delegação assistissem reuniões oficiais; realizassem encontros com a delegação oficial brasileira e os demais representantes de ONGs;

assistissem eventos paralelos durante a sessão; e participassem em debates, diálogos interativos, mesas-redondas e reuniões informais.

Sem dúvidas, a interação informal com as outras ONGs foi primordial e representou o ganho mais relevante para o Engajamundo nesse caso. Para Vieira (1997), a harmonização das ONGs em redes de atuação aumenta a eficácia das mesmas. Sendo assim, entende-se que este mecanismo deva ser cada vez mais estimulado pela organização. Ainda mais tendo em vista a dinâmica de *lobby* analisada na subseção 3.3 deste trabalho, que segue a lógica ONG menor → ONG maior → Estado.

Diante do que foi exposto, conclui-se que a relevância do status consultivo para as organizações não-governamentais depende do ponto de vista. Para ONGs com ampla atuação nacional e internacional, mundialmente conhecidas e reconhecidas no que diz respeito às atividades executadas²⁵, a obtenção do status consultivo pode ser utilizada como uma forma de se aproximar ainda mais dos Estados-membros – seja por meio do espaço de fala que lhes é concedido durante a sessão, ou mesmo pela comunicação direta com os representantes das delegações oficiais dos países. Devido à influência que estas detêm, torna-se mais viável que consigam persuadi-los, com efeito.

Por sua vez, para ONGs de pequeno porte como o Engajamundo, que ainda enfrentam problemas pontuais²⁶ – tais como financiamento e reverberação doméstica limitados –, ter o status consultivo pode não ser igualmente relevante, pois estas não possuem o mesmo grau de influência. A obtenção de algum tipo de status, contudo, certamente viabiliza o maior desenvolvimento da organização e, no longo prazo, pode ser mais proveitoso.

²⁵ Toma-se como exemplo organizações como Greenpeace, Anistia Internacional, Médicos Sem Fronteiras, Cruz Vermelha, Save the Children, entre outras entidades de médio a grande porte.

²⁶ Descritos na subseção 3.1 deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, Manoel. Movimentos sociais transnacionais: os movimentos antiglobalização. In: TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa *et al.* **A agenda social das relações internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. p. 256-277.

ALVIM, Flávia de Magalhães; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Proatividade local e reatividade global: velhos dilemas em novas roupagens para a ação de ONGs na cooperação internacional para o desenvolvimento. In: TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa *et al.* **A agenda social das relações internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. p. 278-309.

BRITTO, Marcelo Andréas Faria de. **A influência de movimentos de mulheres nas políticas públicas para a saúde da mulher no Brasil - 1984**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, Peter; SERAFIM, Lizandra. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: CEBRAP, 2008.

ENGAJAMUNDO. **Marisqueiras no Clima**. 2015. Disponível em: <<http://www.engajamundo.org/2015/12/23/marisqueiras-no-clima/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ENGAJAMUNDO. **O Engaja: história e equipe**. Disponível em: <<http://www.engajamundo.org/nossa-historia/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ENGAJAMUNDO. **Panelleiras no Clima**. 2015. Disponível em: <<http://www.engajamundo.org/2015/12/22/panelleiras-no-clima/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ENGAJAMUNDO. **Relatório Engaja na CSW60**. São Paulo: Engajamundo, 2016.

FALK, Richard. The changing role of global civil society. In: BAKER, Gideon; CHANDLER, David. **Global Civil Society: contested futures**. New York: Routledge, 2005. p. 69-84.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HERZ, Mônica. **Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria**. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1996, Caxambu. Artigo. Caxambu: Anpocs, 1997.

ITAMARATY. **O Mês da Mulher em 2016**. 2016. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/204-mes-da-mulher>>. Acesso em: 28 set. 2017.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JOACHIM, Jutta M.. **Agenda setting, the UN, and NGOs: gender violence and reproductive rights**. Washington, D. C: Georgetown University Press, 2007.

KALDOR, Mary. The idea of global civil society. In: BAKER, Gideon; CHANDLER, David. **Global Civil Society: contested futures**. New York: Routledge, 2005. p. 103-113.

LIMA, Simone Costa de Medeiros. **Governança global e direitos da mulher: a sociedade civil global e sua atuação nas Nações Unidas**. 2014. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8749/1/2014_SimoneCostaDeMedeirosLima.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Lobby: uma discussão introdutória sobre oito questões-chave. **Revista Eletrônica Portas**, São Paulo, v. 4, p.10-21, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.acicate.com.br/portas/lobby.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os movimentos feministas_cyntia.pdf](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

NGO CSW/NY. **About NGO CSW/NY**. 2017. Disponível em: <<https://www.ngocsw.org/about-ngocswny>>. Acesso em: 29 set. 2017.

NGO CSW/NY. **Una guía para ONG's y activistas de los derechos humanos de las mujeres en las Naciones Unidas y la CSW**. 2014. Disponível em: <<https://www.ngocsw.org/wp-content/uploads/2017/03/ESPAÑOL-GUÍA-PARA-LAS-ONG-CSW-2017.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Nova Iorque, 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social: **Resolução 11(II)**, 1946.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social: **Resolução 1996/31**, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social: **Resolução 2015/6**, 2015. Disponível em: <<http://undocs.org/E/RES/2015/6>>. Acesso em: 19 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social: **Guia para ONGs: como obter status consultivo**. Disponível em: <http://csonet.org/content/documents/PortuguesBooklet_High.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **List of non-governmental organizations in consultative status with the Economic and Social Council as of 1 September 2015**. 2016. Disponível em: <<http://undocs.org/E/2015/INF/5>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

ONU BRASIL. **A ONU e as mulheres**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PROCLIMA. **COP 19/ CMP 9 – Varsóvia, Polônia (Novembro de 2013)**. 2013. Disponível em: <<http://proclima.cetesb.sp.gov.br/conferencias/negociacoes-internacionais/conferencia-das-partes-cop/cop-19-cmp-9-varsovia-polonia-novembro-de-2013/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SERAFIM, Lizandra; SANTOS, Agnaldo dos. **Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã**. São Paulo: CEBRAP, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

UNITED NATIONS. **Beijing Declaration**. 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA_E.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

UNITED NATIONS. **Short History of the Commission on the Status of Women**. 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

UN WOMEN. **About UN Women**. 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UN WOMEN. **Commission on the Status of Women**. 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw>>. Acesso em: 11 set. 2017.

UN WOMEN. **CSW60 (2016)**. 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw/csw60-2016>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

UN WOMEN. **CSW: Member States**. 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw/member-states#Bureau>>. Acesso em: 19 set. 2017.

UN WOMEN. **CSW60: women's empowerment and its link to sustainable development.** 2016. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/60/unw_csw60_brochure_en-fin4.pdf?la=en&vs=1812>. Acesso em: 19 set. 2017.

UN WOMEN. **NGO participation.** 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw/ngo-participation>>. Acesso em: 28 set. 2017.

UN WOMEN. **Official meetings.** 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw/csw60-2016/official-meetings>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UN WOMEN. **Preparations.** 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/csw/csw60-2016/preparations>>. Acesso em: 30 set. 2017.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 2, n. 12, p.21-33, jun. 1999.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro das entrevistas realizadas no processo de pesquisa

Roteiro da entrevista destinada à Raquel Rosenberg (fundadora do Engajamundo e representante do Comitê Facilitador):

1. Como ocorreu a fundação do Engajamundo e quais eram os objetivos da organização?
2. Quais são as principais atividades que o Engajamundo promove?
3. Em quais ambientes no cenário internacional o Engajamundo busca se inserir?
4. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos membros da organização para ocupar esses espaços?
5. O Engajamundo possui parcerias com ONGs internacionais (com ou sem status consultivo no ECOSOC)? Se sim, em que medida essas parcerias impactam a atuação do Engajamundo?
6. Como ocorre a interação do Engajamundo com outras organizações da sociedade civil?
7. Como você vê a questão da representatividade do Engajamundo em relação aos jovens brasileiros (você acha o Engaja representa esses jovens)?

Roteiro da entrevista destinada à Vitória Buzzi, Mariana Monteiro e Débora Motoki (parte dos membros da delegação do Engajamundo para a CSW60):

1. Qual foi a sua função enquanto membro da delegação do Engajamundo na CSW60?
2. De que forma o Engajamundo participou da CSW60 (lobby, advocacy, entre outros mecanismos)?
3. Quais foram as pautas as quais o Engajamundo buscou incidir na CSW60?
4. Em quais espaços dentro ou fora da conferência o Engajamundo se inseriu?
5. O Engajamundo se articulou com outra organização não-governamental (com ou sem *status* consultivo)?

6. Como ocorreu a interação com outras ONGs (com ou sem *status* consultivo) que também estiveram presentes?
7. As ONGs tinham espaços de discussão próprios na conferência?
8. O Engajamundo teve voz durante os debates? Se sim, onde e como foi o processo para participar desta forma?
9. Como você enxerga a participação de ONGs sem *status* consultivo na CSW60?
10. Quais foram as dificuldades enfrentadas pelo Engajamundo para se inserir na CSW60?
11. Qual foi a posição do Engajamundo diante das decisões tomadas ao final da CSW60? Elas estiveram de acordo com as pautas da organização?
12. Em sua opinião, qual foi o impacto da participação do Engajamundo na conferência?

Roteiro da entrevista destinada à Mathaus Ranie (atual coordenador do Grupo de Trabalho de Gênero):

- 1) Quais são as pautas que o Grupo de Trabalho (GT) incide?
- 2) De que forma o GT atua domesticamente (ações, mobilizações, entre outros mecanismos)?
- 3) Em quais espaços, no âmbito nacional/local, o GT busca se inserir?
- 4) O GT se articula com outras organizações não-governamentais? Se sim, como ocorre essa interação?
- 5) Quais são as dificuldades enfrentadas pelo GT para incidir nacionalmente/localmente?
- 6) Como você enxerga a participação doméstica do GT e o impacto desta atuação?

ANEXOS

Anexo A – Lobby points do Engajamundo na CSW60²⁷

1. Descriminalização e legalização do aborto (ODS 3)

No mundo, 47 mil mulheres morrem em decorrência de abortos feitos sem segurança e, no Brasil, a cada hora, 6 adolescentes entram em processo de aborto, a maioria entre 17 e 19 anos de idade. Em países onde o aborto é legal, a mortalidade materna é mais baixa, já que estes são realizados por profissionais treinados e são mais seguros e acessíveis.

Como jovens, acreditamos que os governos devem respeitar o direito das mulheres de tomar decisões sobre sua vida reprodutiva, incluindo a decisão de levar a frente uma gravidez ou interrompê-la. Por isso, **queremos que os governos descriminalizem e legalizem o aborto, garantam o maior acesso aos serviços contraceptivos e de educação sexual, e capacitem seus funcionários da saúde que lidam com esses casos.**

2. Combate ao casamento infanto-juvenil (ODS 3)

Apesar de ser reconhecido internacionalmente como uma violação aos direitos humanos, o casamento infanto-juvenil é permitido por lei em 93 países, e, ainda que ilegal, culturalmente aceito em diversas regiões do mundo. Como consequência, todos os dias, 39 mil meninas ao redor do mundo se tornam noivas ainda crianças, tendo negados seus direitos à educação, à saúde e a um futuro melhor. Isoladas do convívio social, sem acesso à informação e restritas ao mundo e à rotina dos seus maridos, serão jovens esposas sem independência e autonomia, desestimuladas a pensar em uma realidade diferente para si.

Queremos um acordo que comprometa os países a acabarem com a prática do casamento infanto-juvenil – tanto legalmente quanto culturalmente. Como demonstração de comprometimento, **os governos devem fornecer relatórios anuais atualizados com dados relativos ao casamento infanto-juvenil no país.**

3. Saúde pública para transexuais e travestis (ODS 3)

²⁷ Transcrição de um documento elaborado pela própria organização, constando cada posicionamento e abaixo os respectivos argumentos. Alguns trechos foram grifados em negrito conforme o próprio documento.